



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

TAÍS MIRELA ARAUJO FREITAS

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO
NOS CURSOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

São Cristóvão, SE

2025

TAÍS MIRELA ARAUJO FREITAS

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO
NOS CURSOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Sergipe como requisito à obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Lopes Pacheco

São Cristóvão, SE

2025

TAÍS MIRELA ARAUJO FREITAS

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO
NOS CURSOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Secretariado
Executivo da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

São Cristóvão, 16 de dezembro de 2025.

Banca examinadora

Profa. Dra. Flávia Lopes Pacheco - Orientadora

Universidade Federal de Sergipe

Prof. MSc. Augusto Cesar Vieira dos Santos

Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Diego Fiel Santos

Universidade Federal de Sergipe

Dedico este trabalho à minha mãe, ao meu irmão e à memória do meu avô, que, mesmo não estando mais entre nós, sonhou comigo e me inspirou a seguir adiante. Amo vocês profundamente; a presença, amor e ensinamentos me acompanharam em cada passo desta jornada e me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma jornada marcada por desafios, superações, aprendizados e muitas conquistas. Por isso, este trabalho não é apenas meu, mas também o resultado do apoio, amor e dedicação de muitas pessoas que caminharam ao meu lado.

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força, coragem e serenidade nos momentos mais difíceis, e por nunca me deixar desistir dos meus sonhos. E a conquista desse diploma é a realização de um deles!

À minha mãe, Maria Aparecida, meu maior porto seguro, fonte inesgotável de amor e força que me sustentou em cada passo dessa jornada. Sua dedicação incansável, sacrifícios e carinho foram o alicerce que me manteve firme mesmo nos momentos mais difíceis. Não há palavras que expressem minha gratidão por ter você sempre ao meu lado, acreditando em mim e me inspirando a seguir adiante. Este sonho também é seu!

Ao meu irmão Walter, companheiro de vida, agradeço por cada gesto de apoio, palavras de conforto e incentivo. Obrigada por entender minha ausência neste período e por ser o combustível para continuar nos dias mais difíceis, sempre ansioso pela minha volta.

Ao meu pai, Williams, expresso minha sincera gratidão por cada incentivo, por cada esforço e por acreditar no meu potencial. Mesmo diante dos diferentes momentos vividos, suas palavras de motivação e seus gestos de cuidado contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Às minhas avós Diosvalda (*in memoriam*), por todo carinho, histórias e conselhos na infância, que me lembraram de onde venho; e à minha avó Lindinalva, por suas orações e palavras de apoio desde sempre e, especialmente, durante a graduação, torcendo incansavelmente por mim.

E, em especial, ao meu avô José dos Anjos (*in memoriam*), que fez parte desse sonho. O senhor sempre me disse que eu chegaria aqui e, hoje, ao concluir essa etapa, sinto que consegui cumprir o que te prometi. Sua ausência é sentida todos os dias, mas sua presença vive em mim, em tudo o que sou e no caminho que trilho. **É vovô, conseguimos!**

Às minhas crianças Agnes, Aylla, Iara e Théo que me trouxeram momentos de leveza e alegria durante essa trajetória, a dinda ama vocês!

À Universidade Federal de Sergipe, agradeço por me proporcionar uma formação pública, gratuita e de qualidade, pelas oportunidades que foram fundamentais para minha trajetória.

Em especial, agradeço a Kézia Lima, meu primeiro contato ao chegar na UFS, que me acolheu, orientou da melhor forma possível e sempre me incentivou, um exemplo de pessoa e profissional. À professora Sueli Maria, que foi a primeira professora com quem tive contato pessoalmente, quem me incentivou e ensinou muito. Kézia e Sueli foram fundamentais nesta trajetória, e sou profundamente grata por todo apoio, ensinamentos e confiança que ambas depositaram em mim durante esse período tão importante.

À minha orientadora, Flávia Lopes, agradeço imensamente pelo apoio, pelas orientações e pela confiança depositada em mim ao longo de toda a elaboração deste trabalho. Sua dedicação e inspiração foram fundamentais para que eu pudesse superar os desafios e alcançar este objetivo.

Ao professor Ailton, meu profundo reconhecimento pelo aprendizado, orientação e inspiração que me proporcionou. Sua experiência e ensinamentos foram fundamentais para o meu crescimento profissional e pessoal, e sou muito grata por ter tido a oportunidade de aprender com você.

Aos professores que fizeram parte da minha formação, meu sincero agradecimento. Ao professor Abimael, meu orientador de estágio, pelas orientações valiosas, conversas sempre esclarecedoras e incentivo constante, que foram fundamentais para meu aprendizado e crescimento profissional. Ao professor Thadeu, por sua empatia, simpatia e atenção, que tornaram cada momento de contato inspirador e motivador. Agradeço também aos demais professores do departamento, cujos ensinamentos e dedicação contribuíram, de forma geral, para meu desenvolvimento. Cada aprendizado recebido foi essencial para que eu chegasse até aqui, e levarei comigo todo o conhecimento e inspiração que me proporcionaram.

A todos os professores que passaram pela minha vida, desde a educação básica até o ensino superior, deixo minha profunda gratidão. Cada um, à sua maneira, contribuiu para a construção do meu caminho, despertando curiosidades, abrindo horizontes e deixando marcas que levarei por toda a minha trajetória. Foram vocês que plantaram a base do meu conhecimento, da minha disciplina e do meu amor por aprender. Meu sincero muito obrigada por cada ensinamento, palavra, cuidado e dedicação.

Durante a graduação, tive a sorte de contar com amizades muito especiais. Cibelly Rodrigues e Vitória Cardoso são amigas que a vida acadêmica me trouxe, sempre presentes com apoio e incentivo, e que tornaram os desafios mais leves.

Na F15, encontrei um lar e amigas incríveis: Maria, Jéssica, Flávia, Hortência e Verônica, meu sincero agradecimento. Maria, obrigada por me acolher desde o início com tanto carinho, sua presença foi um ponto de luz nessa caminhada, tornando a F15 também minha casa; Jéssica, companheira de quarto e parceira nas aventuras da vida, agradeço por todas as conversas e partilhas durante essa trajetória. A vocês, sou grata por cada momento de apoio, risadas, companheirismo e amizade; A F15 foi mais do que uma residência: foi um espaço de aprendizado, crescimento e descobertas, onde até as divergências serviram para nos fortalecer. Levo cada uma de vocês no meu coração, com todo carinho e gratidão.

Maria Eduarda, amiga desde o ensino médio e agora também colega de profissão, foi abrigo e força em cada etapa, com palavras de incentivo e colo nos momentos difíceis.

Aos meus amigos do ensino médio João Paulo, Lílian, Sabrina, Mariangela e Natanaele, que me acompanham desde muito antes dessa fase, meu agradecimento especial; Mari obrigada por ser colo, companhia nas aulas e em diversas atividades na ufs e em tudo para além dela.

Aos meus colegas de trabalho, meu sincero agradecimento pela parceria, apoio e incentivo diário. E à Juli, minha imensa gratidão por toda compreensão, incentivo e apoio durante esta etapa. Seu acolhimento e confiança foram essenciais para que eu pudesse conciliar minhas responsabilidades profissionais com a dedicação aos estudos. Muito obrigada por acreditar em mim e por tornar essa trajetória ainda mais significativa. Vocês tornaram os momentos desafiadores, mais leves e me lembraram, a cada dia, que não caminhei sozinha nesta etapa.

Aos meus familiares, primos, tios e tias, em especial Eliane e Ely que sempre estiveram presentes com palavras de incentivo, gestos de amor e compreensão diante das minhas ausências, deixo minha eterna gratidão. Vocês foram essenciais para que eu seguisse firme nessa jornada.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este momento fosse possível, meu mais sincero e emocionado muito obrigada.

A cada um de vocês, minha eterna dedicação. Este trabalho também é de vocês!

FREITAS, Taís Mirela Araujo. **O Processo de Implementação da Curricularização nos Cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe.** Orientadora: Flávia Lopes Pacheco. 2025, 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Secretariado Executivo) – Departamento de Secretariado Executivo, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar o processo de institucionalização da curricularização da extensão nos cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe. Para isso, buscou-se identificar as estratégias e normativas internas adotadas pela Universidade, mapear os ajustes curriculares e administrativos incorporados aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e analisar as percepções da gestão sobre os impactos dessa política na formação acadêmica e profissional dos estudantes. A investigação configura-se como um estudo de caso com abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com a ex pró-reitora de Extensão e a diretora do Centro à época da pesquisa. Os resultados indicam que o processo de institucionalização da curricularização da extensão no Centro de Ciências Sociais Aplicadas encontra-se em fase de objetificação ou semi institucionalização, com pressões isomórficas normativas e coercitivas, relacionadas às regras impostas aos departamentos para atualização de seus projetos pedagógicos de curso. Ao mesmo tempo, o avanço do processo é influenciado por entraves burocráticos, demandas administrativas e diferentes interpretações sobre as orientações nacionais, o que justifica as variações no ritmo de implementação entre os cursos e evidenciam que o processo permanece em construção na Universidade.

Palavras-chave: Curricularização da extensão. Institucionalização. Projetos Pedagógicos. Ensino superior. Universidade Federal de Sergipe

FREITAS, Taís Mirela Araujo. **El Proceso de Implementación de la Curricularización en los Cursos del Centro de Ciencias Sociales Aplicadas de la Universidad Federal de Sergipe**. Directora: Flávia Lopes Pacheco. 2025, 59 f. Trabajo de Conclusión de Curso (Bachillerato en Secretariado Ejecutivo) – Departamento de Secretariado Ejecutivo, Universidad Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión de curso tuvo como objetivo analizar el proceso de institucionalización de la curricularización de la extensión en los cursos del Centro de Ciencias Sociales Aplicadas de la Universidad Federal de Sergipe. Para ello, se buscó identificar las estrategias y normativas internas adoptadas por la Universidad, mapear los ajustes curriculares y administrativos incorporados a los Proyectos Pedagógicos de Curso y analizar las percepciones de la gestión sobre los impactos de esta política en la formación académica y profesional de los estudiantes. La investigación se configura como un estudio de caso con enfoque cualitativo, desarrollado mediante análisis documental y entrevistas semiestructuradas con la ex prorectora de Extensión y la directora del Centro. Los resultados indican que el proceso de institucionalización de la curricularización de la extensión en el Centro se encuentra en fase de objetivación o semiinstitucionalización, caracterizada por presiones isomórficas de naturaleza normativa y coercitiva, derivadas de las exigencias impuestas a los departamentos para la actualización de sus proyectos pedagógicos. Asimismo, el avance del proceso está condicionado por obstáculos burocráticos, demandas administrativas e interpretaciones divergentes de las orientaciones nacionales, lo que explica las variaciones en el ritmo de implementación entre los cursos y evidencia que el proceso se mantiene en fase de construcción en la Universidad.

Palabras clave: Curricularización; Extensión universitaria; Institucionalización; Educación superior. proyectos pedagógicos. universidade Federal de Sergipe.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CONEPE	Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
FORPROEX	Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
UFS	Universidade Federal de Sergipe e nos Projetos

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Processos Inerentes à institucionalização	18
Figura 2 - Resumo sobre a extensão universitária nacional	21
Quadro 1– Linha do tempo da Curricularização da Extensão na UFS (2018–2025)	33
Quadro 2 - Marco Legal e Normativo das Atividades de Extensão na UFS – 2006 a 2022	35
Quadro 3 - Atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos do CCSA/UFS	39
Quadro 4 - Curricularização da extensão nos cursos de Administração e Biblioteconomia e Documentação da UFS	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	17
2.2 CONCEITO E EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	20
2.3 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	22
3. METODOLOGIA	25
4.1 A CURRICULARIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	28
4.2. IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO NO CCSA	38
4.3 IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES.	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
6 REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A DIRETORA DO CCSA	56
APÊNDICE B: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A EX PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO	57

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um elemento essencial no processo de formação acadêmica e desempenha um papel importante no fortalecimento da interação entre a universidade e a sociedade. Junto ao ensino e à pesquisa, forma o tripé da educação superior das universidades brasileiras. De acordo com a Constituição Federal de 1988, reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a extensão universitária deve promover a articulação entre o conhecimento produzido na universidade e as demandas da sociedade, contribuindo para a formação integral dos estudantes e o desenvolvimento social (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Essa prática busca transcender os limites da sala de aula, conecta o conhecimento acadêmico às demandas da sociedade e promove ações que impactam positivamente tanto a comunidade quanto a formação integral dos estudantes. Por meio de atividades extensionistas, os estudantes têm a oportunidade de aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos, bem como desenvolver habilidades como trabalho em equipe, liderança, criatividade e responsabilidade social (FORPROEX, 2012).

No Brasil, a relevância da extensão universitária foi reforçada pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências, onde na Meta 12.7 determina que no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação devem ser realizados em programas e projetos de extensão universitária, orienta sua ação, prioritariamente, para áreas de relevância social significativa (BRASIL, 2014).

A implementação dessa exigência ganhou ainda mais força com a publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, das providências necessárias para a inclusão nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) com prazo de consolidação até 2024. Essa normativa buscou firmar a extensão como uma prática educativa indispensável, promove a articulação entre teoria e prática e incentiva a produção de conhecimentos voltados para o enfrentamento de problemas sociais.

A curricularização da extensão pode ser compreendida a partir de um processo de institucionalização, no qual orientações externas, inicialmente apresentadas por meio de normativas nacionais, passam a ser interpretadas, ajustadas e incorporadas às estruturas, rotinas e práticas das universidades.

Em consonância com as diretrizes propostas para a Educação Superior Brasileira,

a Universidade Federal de Sergipe instituiu o seu Regime Extensão, regulamentado pela Resolução nº 28/2022/CONPE, que normatiza a inclusão das atividades extensionistas nos currículos de graduação. A transição para esse novo modelo, entretanto, implica reestruturações institucionais e pedagógicas, demandando reorganização dos PPCs, adequação de fluxos internos e consolidação de práticas alinhadas às diretrizes nacionais. Esse panorama constitui o cenário mais amplo no qual se insere o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

A Teoria Institucional oferece um referencial adequado para analisar como as normas são convertidas em práticas organizacionais e como determinados arranjos se estabilizam no funcionamento das instituições. Segundo Dias Filho (2003), as instituições são realidades socialmente construídas, orientadas por regras, valores e crenças que moldam a atuação dos atores. Nessa perspectiva, o processo de institucionalização corresponde à transformação de orientações formais em práticas efetivamente adotadas e estabilizadas no cotidiano organizacional. Esse enquadramento permite compreender de que modo a UFS internaliza as diretrizes de curricularização da extensão e fornece a base analítica para examinar, posteriormente, como esse processo se desenvolve no âmbito do CCSA.

No Centro de Ciências Sociais Aplicadas, a extensão universitária já possuía relevância anterior à obrigatoriedade da curricularização, considerando a natureza aplicada e interdisciplinar dos cursos. Contudo, com a obrigatoriedade da curricularização, a implementação das DCNs de 2018 trouxe novas exigências, tornando relevante compreender como esse processo vem sendo desenvolvido no Centro e como as atividades extensionistas se adaptaram a essas mudanças.

O interesse da pesquisadora por esse tema surgiu após uma experiência como bolsista na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), durante esse período, teve a oportunidade de vivenciar de forma direta os processos administrativos e as dinâmicas institucionais voltadas para a promoção de atividades extensionistas e isso despertou reflexões críticas sobre o papel estratégico da extensão universitária.

Diante desse cenário, este trabalho tem como pergunta de pesquisa:

Como se dá o processo de institucionalização da curricularização da extensão nos cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe?

1.1 OBJETIVOS

A função do objetivo é delimitar o foco da investigação, apontando o caminho a

ser seguido para responder à pergunta central ou resolver o problema identificado. Segundo Gil (2002), os objetivos gerais são pontos de partida, eles indicam uma direção a seguir, mas, na maioria dos casos, não possibilitam que se parta para a investigação. Logo, precisam ser redefinidos, esclarecidos, delimitados. Daí surgem os objetivos específicos da pesquisa.

Severino (2007) salienta a importância dos objetivos serem claros e bem delimitados, portanto, devem apresentar uma ideia muito clara do problema a ser resolvido.

Assim, para atingir o objetivo delineado para esta pesquisa, tem-se por objetivo geral entender o processo de institucionalização da curricularização nos cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe.

Para que o objetivo geral seja alcançado, foi necessário formular os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as estratégias e normativas internas adotadas pela UFS para a implementação da curricularização da extensão nos cursos do CCSA.
- Mapear a existência de ajustes curriculares e administrativos nos Projeto Pedagógicos dos cursos do Centros de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade.
- Analisar as percepções de gestoras da universidade sobre os impactos da curricularização da extensão na formação acadêmica e profissional dos estudantes.

1.2 JUSTIFICATIVA

Para Oliveira et al. (2024), a extensão universitária enriquece a formação acadêmica dos estudantes ao proporcionar vivências práticas alinhadas ao conteúdo teórico visto em sala de aula. Essa experiência proporciona uma compreensão mais profunda e abrangente sobre a disseminação, descentralização e aplicabilidade do conhecimento, além de estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades interdisciplinares para a resolução de desafios e demandas do campo prático.

A Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação reforça essa perspectiva ao estabelecer diretrizes para a extensão na educação superior, reforçando a importância dessa integração.

Diante desse contexto, o presente estudo justifica-se pela necessidade de

compreender os esforços do CCSA/UFS e como os cursos deste Centro adaptaram suas atividades para atender às exigências legais relacionadas à creditação da extensão. No curso de Secretariado Executivo (Santos, 2021), observa-se que a curricularização da extensão contribui de forma significativa para a formação dos estudantes, articulando teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de senso crítico, novas competências e habilidades técnicas. Os docentes desempenham papel fundamental ao repensar metodologias que conectem teoria e prática, enquanto os discentes reconhecem benefícios como a aplicabilidade do conhecimento, a troca de experiências com a sociedade e o amadurecimento acadêmico.

Apesar de desafios institucionais, como limitações de comunicação e execução no modelo remoto durante a pandemia, os resultados evidenciam que é possível inserir a extensão nas disciplinas de forma efetiva. Esses achados reforçam a relevância de investigar o processo de curricularização de forma mais ampla nos cursos do CCSA, permitindo compreender como essa política tem sido implementada na instituição e identificar estratégias bem-sucedidas, desafios comuns e oportunidades de aprimoramento.

Diversos autores, como Nogueira (2005), Deus (2020) e Figueiredo (2021), destacam a relevância da curricularização na formação acadêmica e na interação entre universidade e sociedade, enfatizando que integrar a extensão ao currículo permite conectar o conhecimento teórico às demandas sociais e ampliar a experiência formativa dos estudantes.

Complementando essas perspectivas, Gadotti (2017) e Lucas (2023) destacam que a implementação da curricularização exige estratégias institucionais, participação docente e reflexão sobre o impacto formativo dos estudantes. Analisar este processo permite identificar desafios, orientar ajustes e contribuir para que a universidade cumpra sua função social, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além de contribuir com os estudos na área, promover reflexões sobre o papel da universidade no fortalecimento de uma educação superior de qualidade e mapear os desafios enfrentados durante a implementação.

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir não apenas para a consolidação da curricularização da extensão na UFS, mas também para fortalecer o debate sobre os impactos dessa política na formação profissional dos estudantes e no papel social da universidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda os temas essenciais para esta pesquisa, apresentar os conceitos e diretrizes teóricas que fundamentam a curricularização da extensão, buscando embasar a análise sobre sua implementação no CCSA/UFS.

Segundo Vieira (2004), o referencial teórico tem três funções principais: a primeira é dar suporte ao problema, ou seja, demonstrar que ele faz sentido; em segundo lugar é preservar a coerência dos pressupostos epistemológicos da corrente escolhida pelo pesquisador, e a terceira é oferecer sustentação a análise dos dados, ou seja, possibilitar sua interpretação.

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Para Dias Filho (2003), a teoria institucional procura explicar a estrutura e o funcionamento das organizações como uma realidade socialmente construída. Sob esse prisma, elas são vistas como um ente que atua em função de regras, procedimentos, crenças e valores predominantes em determinado contexto.

Lorêto e Pacheco (2007) argumentam que a teoria institucional surgiu como uma alternativa às abordagens tradicionais que enfatizavam apenas os aspectos racionais relacionados à eficiência e à eficácia das organizações. Assim, ela veio demonstrar que as interações simbólicas também influenciam um processo de tomada de decisão, de forma que valores e crenças compartilhadas alcançam uma importância peculiar em detrimento da razão. De acordo com essa teoria, aspectos importantes a serem mencionados são as questões de ambiente e a noção de campo organizacional.

Meyer e Scott (1983, apud Lorêto e Pacheco, 2007) perceberam que as organizações são influenciadas por dois tipos de ambientes: o técnico, que envolve tecnologias complexas e trocas de produtos ou serviços onde o mercado recompensa as organizações pelo controle eficiente e eficaz do seu processo de trabalho; e o institucional envolve regras e valores socialmente aceitos a partir do estabelecimento de estruturas e processos a fim de receber suporte e legitimidade do ambiente.

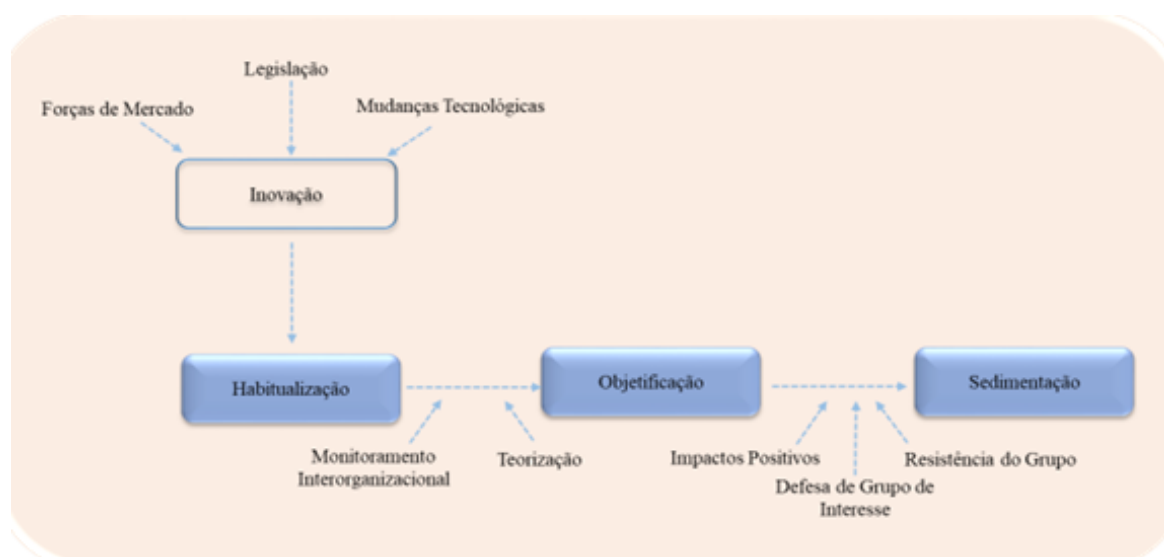
A Teoria Institucional, conforme exposta por Colalillo, Dias, Walchhütter (2015) direciona o foco para a atuação das organizações no processo de institucionalização, não apenas como um executor passivo das determinações institucionais, mas como um ator que pode participar de sua composição e escolher como reagir a elas.

De acordo com Berger e Luckmann (1996) “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores dito de maneira diferente qualquer uma dessas tipificações é uma instituição”. Os autores afirmam que o estudo da institucionalização é essencial para compreender a emergência, a manutenção e a transmissão de uma ordem social cuja origem transcende as causas estabelecidas pelas constantes biológicas.

Para Tolbert & Zucker (1999), a institucionalização ocorre quando as ações se tornam habituais por tipos específicos de atores. Nesta concepção, as ações passam a ser vistas como habituais a todos os grupos ou a um grupo específico de atores dentro da organização, o que exigirá um mínimo esforço por parte destes na tomada de decisão. Quando isto ocorre, estas ações são consideradas institucionalizadas.

Tolbert e Zucker (1999) propõem que a institucionalização, para ser compreendida, deve levar em consideração todos os sujeitos envolvidos como agentes desse fenômeno. Para melhor entender as categorias sobre o fenômeno de institucionalização, as autoras elaboraram três processos de análise: a) ‘habitualização’ ou estágio pré-institucional; b) objetificação ou estágio semi-institucional; e c) sedimentação ou total institucionalização, conforme é ilustrado na Figura a seguir:

Figura 1: Processos Inerentes à institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker (1999, p. 205)

A **habitualização ou estágio pré-institucional**, refere-se à criação de arranjos nas estruturas que surgem como resposta a problemas organizacionais e à formalização destes em políticas ou procedimentos. Essa fase contempla inovações ou mudanças que auxiliam no enfrentamento de problemas impulsionados por fatores como mudanças tecnológicas, na legislação e/ou pressões do mercado. Porém, a estruturação desenvolvida nessa fase é pouco permanentes.

A **objetificação, ou semi-institucionalização**, é a fase em que se confere as mudanças se tornam mais permanentes. É nela que ocorre o desenvolvimento de um certo grau de consenso entre os tomadores de decisão sobre o valor da organização em função de dois mecanismos diferentes: monitoramento interorganizacional e teorização.

E a **sedimentação, ou estágio de total institucionalização**, caracteriza-se pela propagação das estruturas por grupo de atores e a manutenção destas estruturas por um longo período. Isto ocorre, segundo as autoras, em função da baixa resistência de grupos de oposição, da promoção e apoio contínuo de grupos defensores e da correlação positiva com os resultados.

O trabalho de Silva e Ferreira (2024) utilizou os estágios de institucionalização de Tolbert e Zucker para analisar como políticas públicas de 3 estados brasileiros e o Distrito Federal têm contribuído para a institucionalização do campo da economia solidária. Os autores identificaram que o Distrito Federal está na fase de pré-institucionalização, enquanto Pernambuco está na de semi-institucionalização, em função do espaço que a economia solidária tem na estrutura de governo e da dependência de recursos. Já a Bahia e Minas Gerais estão na fase de total institucionalização, dado o alcance e volume de suas ações no que diz respeito à economia solidária.

Scott (2014) aponta que as instituições se sustentam em três pilares fundamentais: o regulativo, o normativo e o cultural-cognitivo, que influenciam a adoção de novas políticas e práticas. No contexto da curricularização da extensão, esses pilares ajudam a entender por que algumas universidades conseguem implementar essa estratégia de forma eficiente, enquanto outras enfrentam dificuldades significativas.

Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelas instituições, como resistências internas, necessidade de mudanças culturais e adaptações curriculares, além de destacar as oportunidades para promover uma formação acadêmica mais integrada e socialmente comprometida.

Dimaggio e Powell (2005) identificaram três mecanismos pelos quais ocorrem mudanças isomórficas institucionais cada um com seus próprios antecedentes:

1. Isomorfismo coercitivo: deriva de influências políticas e da busca por legitimidade;
2. Isomorfismo mimético: resulta de respostas padronizadas diante da incerteza;
3. Isomorfismo normativo: associado ao processo de profissionalização.

Para se conhecer de forma mais detalhada o processo de institucionalização, é necessário compreender o ambiente em que as instituições atuam e de que forma os diversos agentes que atuam no campo se organizam para que uma determinada ação se torne legitimada (ou institucionalizada), seja de forma coercitiva, mimética ou normativa.

No âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), o isomorfismo pode ser observado quando universidades adotam modelos semelhantes de curricularização da extensão, alinhando-se a padrões reconhecidos e obterem legitimidade no campo acadêmico. Como no caso do trabalho de Tesche (2021), onde a autora identificou que na UFRGS, o processo de institucionalização da curricularização de extensão passava, no momento da pesquisa, por uma fase de organização, que buscava estabelecer normas e diretrizes para o cumprimento da meta. Para isso, a autora aponta que foi elaborada uma Resolução, mas que esta foi pautada principalmente pela necessidade de adaptação à norma, não servindo como um momento de aprofundamento do papel da extensão na universidade.

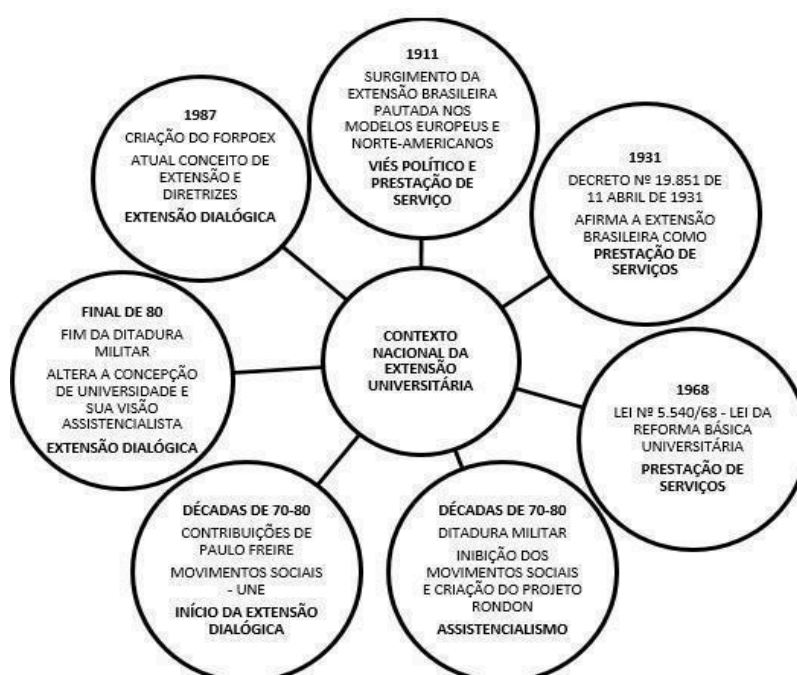
A aplicação da Teoria Institucional ao processo de curricularização da extensão oferece, assim, uma perspectiva abrangente para interpretar como normas, regulamentações e pressões, tanto externas quanto internas, afetam a adoção e implementação de práticas extensionistas nos currículos, equilibrando demandas sociais, legais e culturais.

2.2 CONCEITO E EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Figueiredo (2021) diz que extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

No contexto do Brasil, ela remonta ao começo do século XX, sendo formalmente incorporada ao ensino superior como parte do tripé "ensino, pesquisa e extensão" em meados do século XX. Os primeiros movimentos de extensão surgiram com ações como cursos e conferências na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e serviços promovidos pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa nos anos 1920. Essas iniciativas foram influenciadas por modelos internacionais, no caso inicial a influência veio da Inglaterra e no segundo, dos Estados Unidos. (FORPROEX,2012). Na figura a seguir pode-se verificar o contexto de desenvolvimento nacional da extensão universitária:

Figura 2 - Resumo sobre a extensão universitária nacional



Fonte: Oliveira e Goulart (2015)

Oliveira e Goulart (2015, p. 10), dizem que ao longo do processo histórico em que se desenvolveu a extensão universitária, o caráter de transformação social adotado pela extensão latino-americana viria a influenciar fortemente as ideias que constituem a atual fase da extensão universitária no Brasil.

O conceito passou por transformações ao longo do tempo, mas sempre manteve como princípio fundamental a conexão entre a universidade e a sociedade. No início, a extensão universitária tinha como objetivo disseminar o conhecimento acadêmico para as comunidades e colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população.

Conforme o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), trata-se de uma oportunidade para as

universidades se posicionarem como agentes de transformação social, consolidando sua responsabilidade com o desenvolvimento humano e sustentável.

Nogueira (2005) ressalta que a primeira Política de Extensão data de 1975, centraliza a competência do MEC na proposição de diretrizes extensionistas para as universidades, a partir do Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

2.3 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão parte do princípio de que as atividades extensionistas desempenham um papel essencial na formação acadêmica e profissional dos discentes, uma vez que integra a teoria e a prática.

Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº7/2018:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (DOU nº243, 19.12.2018, Seção 1, p. 49 e 50).

Segundo Gadotti, (2017, p. 4), a curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa.

Lucas (2023) aponta que elaborar e estabelecer estratégias de curricularização da extensão é uma prática desafiadora, pois exige disposição e criatividade dos atores envolvidos, com poucas certezas e alta dose de experimentalismo. Essa complexidade se manifesta na necessidade de integrar o conhecimento acadêmico com as demandas da sociedade, buscando formas de tornar a extensão uma prática pedagógica efetiva e coerente com os objetivos de formação dos estudantes.

Veloso (2022, p. 4) declara que as ações de extensão possibilitam ao estudante a oportunidade de complementar sua formação acadêmica por meio da vivência prática de

ações junto à comunidade, além de desenvolver uma série de aspectos relevantes que farão parte de seu contexto profissional e social.

Para concretizar a curricularização da extensão, de acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (2006), a construção e alteração dos currículos deve ser focada no impacto e transformação na formação dos discentes do curso a ser elaborado ou revisado.

Deus (2020, p.91) ressalta que:

É nosso dever manter a vigilância, com o objetivo não apenas de alterar os currículos e implementar a curricularização da extensão dentro dos prazos legais estabelecidos, mas também como forma de oferecer alternativas de formação aos estudantes e respostas mais efetivas para a sociedade as universidades devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular de todos os cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica.

O trecho destacado por Deus (2020) enfatiza a importância de cumprir os prazos legais para a implementação da curricularização da extensão universitária, mas também vai além disso. Ele salienta que a integração da extensão nos currículos deve ser vista como uma oportunidade para enriquecer a formação dos estudantes, indo além do ensino teórico e tradicional, ao incluir atividades extensionistas como parte essencial da grade curricular, as universidades criam um espaço para que os alunos desenvolvam habilidades práticas, construam uma visão crítica da sociedade e atuem em projetos que gerem impacto direto na comunidade.

Pesquisa como a de (MESQUITA;VIEIRA;TRAVASSOS, 2023) que analisa o processo de curricularização da extensão no curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aponta que o curso foi pioneiro nesse processo integrando 400 horas de extensão ao novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2021, o novo PPC ampliou a duração do curso de quatro para cinco anos, favorecendo a participação dos estudantes em ações de extensão redistribuindo carga horária de atividades complementares e componentes obrigatórios, o curso demonstrou sucesso na integração de extensão ao currículo, aumentando a participação discente e produzindo pesquisas articuladas.

Por outro lado, Santos (2021) traz dados que indicam que a Universidade Federal de Sergipe ainda precisa fortalecer a implementação da curricularização da extensão em seus cursos. Alguns desafios identificados incluem a falta de estrutura e normativas específicas, além da necessidade de maior envolvimento dos departamentos acadêmicos na construção de

projetos extensionistas e mostra também a relevância das atividades extensionistas, tanto os alunos como os professores perceberam a curricularização como algo positivo.

Esta pesquisa conclui que a curricularização da extensão no curso de Secretariado Executivo da UFS é um processo em andamento, que apresenta desafios, mas também grandes oportunidades para o desenvolvimento dos alunos a autora sugere que a UFS invista em políticas institucionais mais claras para a curricularização da extensão, fornecendo suporte tanto para os professores quanto para os alunos, de modo que essa prática se torne mais estruturada e eficiente (Santos, 2021).

Veloso, Bernardon e Frohlich (2022) analisam as mudanças na prática de extensão universitária no curso de Secretariado Executivo da UNIOESTE após a implementação das Diretrizes Nacionais para a Extensão. Antes das diretrizes, as atividades de extensão eram pouco sistematizadas e integradas ao ensino e à pesquisa, os principais resultados indicam a consolidação da extensão universitária no curso de Secretariado Executivo, com a curricularização da extensão sendo identificada como um passo futuro. O estudo destaca a importância dos projetos de extensão na formação acadêmica e profissional dos estudantes

Dessa forma, as experiências analisadas evidenciam diferentes estágios e estratégias de implementação da curricularização da extensão nas instituições de ensino superior. Enquanto a UFPE se destaca como referência por sua estruturação precoce e eficaz, a UFS revela um cenário de desafios institucionais e que ainda precisa fortalecer a melhoria desse processo, mas com grande potencial de avanço.

3. METODOLOGIA

A metodologia representa uma parte essencial da pesquisa científica, pois é a partir dela que os tópicos gerais da cientificidade poderão ser devidamente avaliados Vieira (2004).

Nesta pesquisa a **abordagem é qualitativa**, Segundo Minayo (2001), a metodologia pode ser entendida como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Assim, a abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão dos significados construídos socialmente pelos atores envolvidos, permitindo que as interpretações fossem desenvolvidas a partir do contexto e das relações institucionais observadas, capturando os detalhes do fenômeno da curricularização da extensão. Conforme Vieira (2004), esse método atribui importância fundamental à descrição detalhada dos fenômenos, dos elementos que envolvem os depoimentos dos atores sociais, dos discursos, dos significados e dos contextos.

Quanto aos objetivos, esta **pesquisa é descritiva**. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa tem por finalidade registrar e descrever os fatos observados sem que o pesquisador interfira neles. Gil (2002) complementa que o principal propósito é descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou então estabelecer relações entre variáveis. Neste trabalho, descreve-se o processo de institucionalização da curricularização nos departamentos do CCSA da UFS.

O estudo adotou o **método de estudo de caso**, que, conforme Moresi (2003), caracteriza-se pelo exame aprofundado de uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país, conferindo profundidade e detalhamento à investigação. Neste caso, a unidade analisada foi o **Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)** da Universidade Federal de Sergipe, a partir das mudanças implementadas em seus departamentos para atender às exigências da curricularização da extensão em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Como técnicas de coleta de dados, inicialmente foi realizada uma **pesquisa documental**, que de acordo com Gil (2008) vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Os documentos selecionados passaram por uma **pré-análise**, que envolveu a organização do material coletado e a seleção dos documentos institucionais. Em seguida,

realizou-se a **exploração do material**, a partir da análise de documentos institucionais relevantes, obtidos nos portais da UFS como o SIGAA e o portal UFS/página da PROEX. Foram analisados:

- Resoluções do CONEPE referentes à curricularização da extensão;
- Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos do CCSA;
- Manuais, cartilhas e orientações publicadas pela PROEX;
- Materiais disponíveis no SIGAA e no portal da UFS;
- Notícias publicadas à época das aprovações das resoluções.

Essa etapa permitiu mapear o estágio de atualização curricular dos cursos e identificar as normativas que orientam o processo de curricularização da extensão.

Para aprofundar a análise, foram realizadas entrevistas **semiestruturadas**, que, conforme Gil (2008), desenvolvem-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os participantes. As entrevistas desta pesquisa foram previamente agendadas e ocorreram entre **julho e agosto de 2025**, com duração média de 50 minutos, respeitando as agendas institucionais das entrevistadas.

A escolha das entrevistadas se justifica pelos papéis estratégicos que desempenharam: a ex pró-reitora atuou diretamente na formulação de normativas e estratégias institucionais, enquanto a diretora do CCSA acompanhou, no nível setorial, a adaptação dos cursos e departamentos às exigências legais, permitindo observar tanto a dimensão institucional quanto a operacional do processo.

Em respeito aos princípios éticos da pesquisa, optou-se por não identificar nominalmente as entrevistadas na análise dos dados, mantendo-as referenciadas apenas pelos cargos que ocupavam no período em questão (Diretora do CCSA, ex Pró-Reitora de Extensão). As falas foram utilizadas para fins estritamente acadêmicos, com o consentimento verbal das participantes para a gravação e análise do conteúdo.

Os roteiros das entrevistas, disponíveis nos **Apêndices A e B**, foram estruturados em blocos temáticos, elaborados com base nas etapas do processo de institucionalização descritas no referencial teórico, além de questões sobre desafios e perspectivas futuras.

No caso da entrevista com a diretora do CCSA (Apêndice A), enquanto a entrevista com a ex-pró-reitora de Extensão (Apêndice B). Os blocos de perguntas de ambas foram similares, relacionados à compreensão do processo de institucionalização, mas com ênfase distinta, dado o lugar institucional ocupado por cada participante.

Embora ambos os roteiros tenham seguido a mesma lógica metodológica e estejam ancorados nas etapas do processo de institucionalização, apresentaram diferenças quanto ao foco das questões. A entrevista com a diretora do CCSA concentrou-se na dimensão prática e nos desafios internos do Centro, enquanto a entrevista com a ex pró-reitora priorizou a dimensão institucional, destacando a formulação de estratégias, as normativas e a articulação entre os diferentes níveis da universidade.

Como etapa complementar da coleta de dados, apresenta-se o perfil das entrevistadas, considerando sua formação, trajetória profissional, cargos ocupados na UFS e informações sobre a realização das entrevistas.

3.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

O perfil das entrevistadas foi elaborado a partir das informações disponíveis nos currículos Lattes. Ambas possuem trajetórias consolidadas na gestão universitária e estiveram diretamente envolvidas no processo de curricularização da extensão no CCSA.

3.1.1 Pró-Reitora de Extensão

A ex pró-reitora é docente da UFS, doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano, mestre em Análise Regional, especialista em Metodologia do Ensino Superior e em Turismo e Meio Ambiente, e graduada em Letras – Português/Inglês e Secretariado Executivo.

Exerceu os cargos de chefe de departamento de Secretariado Executivo nos mandatos de 2015–2017, 2017–2019 e 2019–2021. Atua como avaliadora do INEP/MEC, foi presidente da Comissão Permanente de Avaliação (CPA/UFS) entre 2019 e 2021 e líder do Grupo de Pesquisa em Práticas Secretariais.

Entre 2021 e 2025, ocupou o cargo de Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFS, tendo se dedicado exclusivamente à pró-reitoria durante o período em que exerceu esse cargo. Atualmente, atua como docente e pesquisadora na UFS, mantendo participação em grupos de pesquisa e atividades institucionais.

A entrevista com a ex pró-reitora foi realizada presencialmente no dia 23 julho de 2025, no Departamento de Secretariado Executivo da UFS, na sala da docente, com duração aproximada de 50 minutos.

3.1.2 Diretora de Centro

A Diretora do CCSA é doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2015), com doutorado sanduíche na Université Paul Sabatier – Toulouse 3, França

(2014), mestre em Educação pela UFS (2008), pós-doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2022) e graduada em Administração com ênfase em Análise de Sistemas pela Universidade Tiradentes (1993).

É professora associada do Departamento de Ciência da Informação, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFS e, desde 2021, exerce o cargo de Diretora do CCSA (gestão 2021–2025).

Atua como pesquisadora PQ2 do CNPq, presidenta da ANCIB (2024–2026) e foi presidenta da ABECIN (2019–2024). Coordena o grupo de pesquisa NEMAGI, o Laboratório REM e é editora das revistas *Convergências em Ciência da Informação e Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação (TPBCI)*. Atualmente, mantém atividades de direção do CCSA, sem ministrar aulas na graduação.

A entrevista com a diretora foi conduzida **online no dia 8 de agosto de 2025**, com duração aproximada de **50 minutos**, respeitando sua agenda institucional.

Este detalhamento do perfil das participantes fornece subsídios importantes para compreender o contexto institucional e as trajetórias profissionais das entrevistadas, fortalecendo a confiabilidade da coleta de dados. A seguir, as informações obtidas nas entrevistas foram analisadas por meio de análise interpretativa, articulando o conteúdo das falas às categorias teóricas e aos dados documentais, buscando uma compreensão ampla do processo de implementação da curricularização da extensão no CCSA/UFS.

4. ANÁLISE DE DADOS

A análise integrada dos documentos normativos e das percepções das gestoras entrevistadas permite reconstituir a trajetória e os estágios do processo de institucionalização da extensão no âmbito do CCSA. Os achados serão expostos e discutidos em três eixos, alinhados aos objetivos específicos da pesquisa: (a) o percurso normativo e as estratégias da UFS; (b) os ajustes e a assimilação nos cursos do CCSA; e (c) os impactos e desafios percebidos para a formação dos estudantes.

4.1 A CURRICULARIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Esta subseção examina o percurso institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na implementação da curricularização da extensão, destacando as principais normativas, ajustes internos e atores envolvidos.

A UFS iniciou o processo de curricularização da extensão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, essa normativa determinava que as instituições de ensino superior deveriam incluir, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos fossem dedicados à extensão, articulada com ensino e pesquisa. (BRASIL, 2018).

O prazo inicial para adequação foi de três anos, a contar da data da homologação da resolução, ou seja, até dezembro de 2021. No entanto, diante dos impactos da pandemia de COVID-19, o prazo foi prorrogado pelo Parecer CNE/CES nº 498/2020, com nova data limite 19 de dezembro de 2022 (BRASIL, 2020).

No momento da publicação, o reitor era o professor Ângelo Roberto Antonioli, que permaneceu à frente da gestão até 2020, e a professora Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira, então Pró-Reitora de Extensão, conduziu os primeiros diálogos e articulações sobre a obrigatoriedade da extensão nos currículos (PORTAL UFS, 2021). No entanto, o avanço do processo foi parcialmente interrompido em 2020 devido à pandemia de COVID-19.

Em 2021, com a posse do novo reitor, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e retomou o processo de curricularização. (PORTAL UFS, 2021).

Nesse período, os departamentos, diante da ausência de regulamentação interna imediata, passaram a utilizar o Guia de Extensão de 2019 como referência, segundo relato da ex pró-reitora. O módulo de extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades

Acadêmicas (SIGAA) passou por atualizações em fevereiro de 2019, agilizando a submissão de cursos e eventos e descentralizando a gestão.

Segundo a ex pró-reitora, em entrevista, havia desalinhamento entre a PROEX e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a extensão era muitas vezes compreendida como atribuição exclusiva da PROEX, o que, segundo a entrevistada, limitava sua inserção efetiva nos currículos. A partir daí, iniciou-se um movimento de articulação institucional, buscando alinhar as duas pró-reitorias e garantir que a resolução interna fosse construída de maneira integrada e coerente, relata a ex pró-reitora.

A diretora do CCSA, que atuou como representante docente no CONEPE entre 2017 e 2019 e no CONSU de 2019 a 2021, relatou que os debates sobre a curricularização foram intensos e marcados por embates conceituais. Nos órgãos colegiados, ocorreram “*muitas reuniões*” e “*debates acalorados*”, especialmente no período que antecedeu a elaboração da Resolução Interna nº 28/2022.

Esse contexto corresponde ao estágio de **habitualização**, conforme Tolbert e Zucker (1999), pois envolve a formação inicial das interpretações sobre o tema, a negociação de significados e a busca de legitimação da proposta dentro dos conselhos superiores. Nesse momento, as práticas e entendimentos sobre a extensão ainda não estavam formalizados, e grande parte do esforço institucional concentrava-se em esclarecer conceitos, dirimir dúvidas e construir apoio para a futura normatização. A fala da diretora evidencia esse caráter preliminar, marcado por disputas conceituais e tentativas de estabilizar sentidos, antes da formalização normativa que caracteriza a etapa seguinte, de objetificação.

A partir de 2021, segundo a ex pró-reitora, a extensão começou a ser discutida de maneira mais sistemática, ainda que diante desse cenário. A entrevistada apontou que ela e sua equipe iniciaram um trabalho intenso buscando conscientizar sobre o que realmente se configura como atividade extensionista. “*Eu começo a fazer um trabalho de conscientização com os colegas, chamando para conversa, marcando individuais com a direção ou com o próprio docente que teve seu projeto não aprovado, para mostrar o que era extensão.*” (ex pró-reitora, em entrevista, 2025).

Para ela, essa estratégia, embora tenha permitido iniciar a adaptação, resultou em projetos, pois, na prática, os projetos apresentados até então como extensão “*não tinham características de extensão, era pesquisa, era algum jeitinho para dizer que era extensão, mas não era*” (ex pró-reitora, em entrevista, 2025).

A entrevistada enfatiza que “*não é qualquer projeto com o nome extensão que pode ser validado como tal*”. (ex pró-reitora, 2025). Para ela, era necessário demonstrar que a

extensão exige vínculo obrigatório com a comunidade externa, articulação com ensino e pesquisa, impacto social e envolvimento discente. O objetivo, segundo ela, era romper com a prática do achismo.

Ex pró-reitora em entrevista (2025) destaca que:

aproximação de mostrar o que que era para fazer, como é política de extensão, existente um documento que é a política de extensão tinha que ser feito naquele modelo e não com base no achismo ou porque eu quero bolsa, e aí eu vou dar um jeito de colocar um projeto.(ex pró-reitora, 2025)

De forma complementar, a diretora do CCSA explicou que os departamentos receberam convites para rodadas de diálogo com a PROEX, a fim de ajustar seus Projetos Pedagógicos. Esses encontros, segundo ela, foram essenciais para esclarecer dúvidas e reforçar a importância de se respeitar as características definidas pela política de extensão da UFS.

A diretora do CCSA observou que: *“muita gente ainda hoje acha que a extensão é aquelas atividades que a gente fazia internamente para os alunos participarem, eventos internos, mas não tinha essa dimensão do diálogo externo com a comunidade”* (Diretora do CCSA, em entrevista, 2025). Isto evidencia a dificuldade de compreensão sobre a obrigatoriedade do vínculo com a comunidade externa, enquanto a ex pró-reitora reforçou, em sua entrevista, que *“as pessoas ainda querem fazer a extensão da forma que entendem, dentro da própria universidade, sem necessariamente envolver a comunidade externa”*.

A análise documental e as entrevistas indicam que, antes da curricularização, a extensão era compreendida como responsabilidade exclusiva da PROEX, gerando um impasse institucional quando passou a ser necessária a integração com a graduação. Esse desalinhamento evidencia a fase de habitualização, segundo Tolbert & Zucker (1999), em que práticas fragmentadas coexistem sem uma consolidação normativa ou entendimento compartilhado.

“O professor escolhe onde vai fazer a prática da extensão, mas a regra de como fazer tem que ser seguida pela resolução”. (Diretora do CCSA, em entrevista, 2025).

Essa declaração evidencia que, embora os docentes possuam autonomia quanto ao local de realização das atividades, às normas institucionais são uniformes para todos os departamentos e cursos.

Esse procedimento se alinha ao conceito de isomorfismo normativo, segundo DiMaggio e Powell (2005), uma vez que a própria exigência do MEC e do CNE para a

implementação da curricularização da extensão estabelece padrões formais que orientam a atuação dos cursos. Tais normas e diretrizes funcionam como pressões profissionais que levam os membros da organização a seguir procedimentos padronizados. Além disso, caso o não cumprimento dessas exigências gere consequências regulatórias para a instituição, como avaliações negativas ou impedimentos em processos de autorização, também se observa a presença de isomorfismo coercitivo, decorrente de pressões externas associadas a possíveis sanções.

As resoluções do MEC e do CNE, bem como a auditoria interna da universidade, impõem critérios que devem ser seguidos, estabelecendo padrões formais de atuação institucional. Ao mesmo tempo, a prática da extensão permite certo grau de flexibilidade operacional aos docentes, mostrando como pressões normativas estruturam procedimentos e consolidam padrões institucionais.

Na UFS, a curricularização foi regulamentada internamente por meio da Resolução nº 28/2022 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE), que estabelece as diretrizes específicas para a implementação da política de extensão nos cursos de graduação da universidade.

Segundo a ex pró-reitora, em entrevista, essa resolução passou a ser “*o documento que norteia toda a aplicação nos cursos*”, determinando que todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) devem ser atualizados, com a obrigatoriedade de 10% da carga horária dos cursos seja, destinadas a atividades de extensão.

Ao longo de 2022, com a publicação da resolução institucional, a UFS passou a dispor de um documento normativo que define os parâmetros da curricularização. A gestora destaca que esse marco foi essencial para legitimar o processo, mas que a atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) enfrentou e ainda enfrenta um percurso longo e burocrático, exigindo tramitação por diversas instâncias. Nesse contexto, a existência de uma norma formal começa a reduzir a atuação baseada em interpretações individuais e práticas informais, orientando os cursos para um padrão comum de implementação.

Essa mudança permite observar um movimento do estágio de habituação caracterizado pela criação inicial de arranjos e tentativas isoladas de adaptação para o estágio de objetificação, no qual as práticas passam a ser consolidadas por meio de regras, documentos oficiais e um maior consenso entre os atores envolvidos, conforme Tolbert e Zucker (1999).

Assim, a percepção de legitimação expressada pela gestora indica que o processo deixa de depender de esforços fragmentados e passa a se apoiar em diretivas institucionalizadas, que organizam e orientam os cursos de forma mais uniforme.

A ex pró-reitora, em entrevista, ilustra esse percurso burocrático: *“Sai do departamento, vai para o DIAP, onde a equipe verifica; se não estiver de acordo, volta para o departamento. A última instância de aprovação é o CONEPE.”*

A diretora do CCSA, por outro lado, relatou em sua entrevista que o PPC do curso de Biblioteconomia, por exemplo, foi devolvido diversas vezes pela PROGRAD até ser aprovado, exigindo correções sucessivas e apoio contínuo da PROEX.

Esse tipo de percurso, marcado por idas e vindas entre instâncias internas, se aproxima do que Mesquita, Vieira e Travassos (2023) observaram na UFPE, onde a consolidação da curricularização também demandou revisão sucessiva de PPCs, reorganização de cargas horárias e negociação contínua entre coordenações, colegiados e gestão central. Assim como no caso da UFPE, a UFS demonstra que a institucionalização da extensão não ocorre linearmente, mas por meio de ajustes reiterados até que o padrão desejado seja estabilizado.

Mesmo após a regulamentação interna, persistem resistências e dificuldades, especialmente ligadas à concepção da extensão universitária. Conforme relatado pela diretora do CCSA em entrevista: *“Muitos docentes ainda querem manter a extensão como atividade realizada dentro da universidade, desconsiderando a ligação obrigatória com a sociedade.”* Essa percepção reflete práticas já institucionalizadas, que se consolidam e se objetivam, tornando a incorporação de novos padrões mais gradual (Tolbert & Zucker, 1999). Essa lentidão também foi identificada por Veloso, Bernardon e Frohlich (2022), que mostram que mudanças estruturais na extensão exigem tempo, especialmente em cursos cuja tradição interna ainda está muito ligada a práticas anteriores à Resolução CNE nº 7/2018.

A persistência da dificuldade conceitual entre os docentes indica que a curricularização, na UFS, não avançou apenas como exigência normativa, mas como um processo que demanda mudança cultural. Essa situação é compatível com o que Tolbert e Zucker (1999) descrevem como etapa de objetificação parcial, na qual as normas já existem, mas os significados ainda não foram plenamente internalizados pelos atores. O que se observa na UFS dialoga com esses estudos empíricos: mesmo com normativas definidas, a internalização conceitual ocorre de forma desigual entre cursos e departamentos, exigindo acompanhamento contínuo da gestão universitária.

A compreensão limitada da extensão como atividade interna evidencia que a institucionalização da prática dialógica defendida por Nogueira (2005), Gadotti (2017) e pelo FORPROEX (2012) ainda está em construção. Além disso, mesmo diante da pressão normativa prevista na Resolução CNE nº 7/2018, a incorporação efetiva das diretrizes depende da capacidade dos docentes de reinterpretar e ressignificar a extensão, o que reforça o entendimento de DiMaggio e Powell (2005) de que mudanças institucionais requerem mais do que conformidade formal: exigem alinhamento cultural e cognitivo.

A curricularização da extensão na UFS ocorreu de forma não linear, atravessada por desafios conceituais, administrativos e culturais. O quadro a seguir apresenta a progressão histórica do processo, os gestores envolvidos e os principais desdobramentos institucionais.

Quadro 1– Linha do tempo da Curricularização da Extensão na UFS (2018–2025)

Ano	Evento / Ação	Gestor Responsável	Observações / Impacto
2018	Publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018	Reitor: Ângelo Antonioli Pró-Reitora: Alaíde Oliveira	Determinação obrigatória de 10% da carga horária dos cursos a serem dedicados à extensão; Início das discussões na UFS
2019	Atualização do módulo de extensão no SIGAA; Uso do Guia de Extensão da UFS como referência	Antonioli/ Alaíde	Facilita submissão de cursos e eventos; ainda havia dificuldade de conceituação; Início das adaptações; projetos muitas vezes não correspondiam a ações extensionistas reais
2020	Pandemia de COVID-19	Gestão Ângelo Antonioli e Alaíde Oliveira	Interrupção Parcial do Processo; Prorrogação do prazo nacional até dezembro de 2022.
2021	Retomada dos debates pós-pandemia	Reitor: Valter Joviniano/Pró-Reitora: Sueli Pereira	Retomada das articulações pós-pandemia, diagnóstico institucional; alinhamento PROEX e PROGRAD; início da conscientização docente e capacitação departamental.

2021-2022	Rodadas de diálogo com departamentos e	PROEX	Esclarecimento sobre características de extensão e ajustes nos PPCs
2022	Publicação da Resolução Interna nº 28/2022 (CONEPE)	CONEPE	Marco regulatório interno; definição de diretrizes e critérios para implementação da curricularização, financiamento e avaliação de projetos; atualização obrigatória dos PPCs;
2022-2023	Diálogos departamentais sobre atualização dos PPCs	PROEX / Departamentos	Esclarecimento conceitual sobre extensão; ajustes nos PPCs em diferentes departamentos; persistência de resistências docentes.
2024-2025	Consolidação parcial da curricularização		Tramitação dos PPCs por múltiplas instâncias (departamento–DIAP–CON EPE); resistência conceitual docente ainda presente.

fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos analisados e entrevistas

A análise do quadro permite compreender o percurso institucional da curricularização na UFS. Entre 2018 e 2020, predominou a fase de habituação, marcada por iniciativas ainda incipientes, adaptações improvisadas e fragilidades conceituais, conforme descrito por Tolbert e Zucker (1999). Já nos anos de 2021 e 2022, observa-se uma transição para a etapa de objetificação, com a criação de normas internas, procedimentos formais, rodadas de diálogo e mecanismos de controle institucional, alinhados às diretrizes da política nacional. O período atual (2023-2025) caracteriza-se pela consolidação dessa fase de objetificação (semi-institucionalização), na qual a norma foi internalizada e os mecanismos de implementação foram estabelecidos caracterizado por avanços desiguais entre os departamentos, resistências conceituais de parte do corpo docente e entraves administrativos relacionados à tramitação e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Curso.

A interpretação desse percurso institucional aproxima-se do que Tesche (2021) identificou em seu estudo empírico sobre a UFRGS. A autora observou que, mesmo diante da obrigatoriedade estabelecida pela Resolução CNE nº 7/2018, o processo de institucionalização da curricularização não avançou de forma linear, mas passou por uma fase predominantemente organizacional, marcada pela elaboração de uma resolução interna cujo foco principal era assegurar conformidade normativa, em vez de aprofundar a concepção

pedagógica da extensão. O caso da UFS apresenta dinâmica semelhante: os avanços registrados entre 2021 e 2023 revelam um esforço institucional para estabelecer normativas, padronizar procedimentos e orientar os departamentos, mas ainda sem consolidar plenamente uma compreensão pedagógica compartilhada entre docentes e gestores sobre o papel da extensão no currículo. Tal convergência sugere que a trajetória de institucionalização observada na UFS reproduz padrões já identificados em outras universidades públicas, reforçando o argumento institucionalista de que pressões regulatórias tendem a promover mudanças formais com maior rapidez do que mudanças culturais ou conceituais.

O quadro 2 sintetiza o marco legal das atividades de extensão na Universidade Federal de Sergipe (UFS) constituído por um conjunto de leis, resoluções e instruções normativas que regulamentam, orientam e institucionalizam a extensão universitária como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa regulamentadas desde 2006.

Quadro 2 - Marco Legal e Normativo das Atividades de Extensão na UFS – 2006 a 2022

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei de Estágio)	Regula o estágio como atividade educativa supervisionada;
Resolução nº 53/2016/CONEPE	Delibera sobre as atividades extensionistas na UFS
Resolução nº 07/2018/CONEPE	Normatiza a criação, o reconhecimento e o funcionamento de Ligas Acadêmicas na UFS
Resolução nº 12/2018/CONEPE	Estabelece a institucionalização das atividades de extensão na UFS
Resolução Nº 47/2019/CONEPE	Normatiza e Institucionaliza as Atividades de Extensão da Universidade Federal de Sergipe.
Instrução Normativa Nº 01/2022/PROEX	Normatiza e define as Plenárias de extensão da UFS
Resolução Nº 28/2022/CONEPE	Regulamenta a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos institucionais da Universidade Federal de Sergipe disponíveis no portal da UFS e nas resoluções publicadas pelo CONEPE/UFS

A sistematização apresentada no Quadro 2 revela que a UFS vem construindo, ao longo de mais de uma década, um arcabouço normativo que gradualmente fortaleceu a extensão como dimensão acadêmica essencial e demonstra a trajetória de regulamentação da extensão na UFS, que passou de dispositivos gerais, como a Lei de Estágio (2008), até normas internas específicas que estruturaram a institucionalização das atividades extensionistas.

A partir de 2016, observa-se a intensificação de resoluções voltadas para a consolidação da extensão, com destaque para a Resolução nº 47/2019/CONEPE e para a Resolução nº 28/2022/CONEPE, que determinou a inserção obrigatória da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Dois tipos de isomorfismo podem ser aplicados ao contexto desta pesquisa: Coercitivo: Pressões externas, como as regulamentações do Ministério da Educação (MEC) e a obrigatoriedade de alocar 10% da carga horária em atividades extensionistas; normativo: Pressões exercidas por grupos profissionais e acadêmicos promovem a padronização de práticas de extensão esses pilares ajudam a compreender os desafios enfrentados pelas universidades na adaptação às novas diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

Para orientar a comunidade acadêmica, a PROEX/UFS elaborou materiais explicativos, como o (*FAQ*) sobre curricularização, disponível em seu site institucional, divulgado em março de 2025 onde esclarece aspectos como a distribuição da carga horária, o tipo de atividade elegível como extensão e a necessidade de que essas ações estejam vinculadas a projetos formalmente registrados na universidade. O *FAQ* também destaca que a carga horária de extensão deve estar contida na carga total do curso, não podendo ser acrescida, o que implica uma reorganização dos componentes curriculares existentes.

A análise das entrevistas da diretora do CCSA e da ex pró-reitora de Extensão da UFS revelam, portanto, um processo de implementação que se deu de forma gradual, articulada e tensionada, em que o papel da PROEX foi decisivo tanto na produção da normativa quanto na formação e conscientização da comunidade acadêmica. Ambas as gestoras concordam que, inicialmente, havia um desconhecimento generalizado sobre o que caracteriza efetivamente uma atividade de extensão. Nesse contexto, a PROEX assumiu um papel formativo e político ao mesmo tempo, atuando como mediadora entre a exigência legal e a cultura institucional consolidada, ainda resistente à mudança.

No que diz respeito às pressões institucionais, a diretora do CCSA destaca que, embora exista normatização externa pelo MEC e pelo CNE, a principal pressão percebida no cotidiano ocorre internamente, especialmente pela atuação da auditoria interna da universidade. Essa dinâmica se alinha ao conceito de isomorfismo coercitivo formulado por DiMaggio e Powell (2005), pois envolve a imposição de padrões de conformidade por instâncias com autoridade formal dentro da própria organização. Ainda que a Resolução CNE nº 7/2018 constitua o marco regulatório externo, são os mecanismos internos de monitoramento, controle e padronização que impulsionam a adequação dos cursos, funcionando como vetores de pressão normativo-administrativa.

Ao mesmo tempo, a manutenção da autonomia docente sobre o local e o formato das atividades evidencia que a padronização ocorre nos critérios e procedimentos, mas não elimina a capacidade decisória dos departamentos e docentes, o que é consistente com a interpretação de Oliveira e Goulart (2015) sobre a articulação entre diretrizes institucionais e práticas locais.

Em conclusão, o percurso normativo apresentado mostra que a UFS avançou de iniciativas iniciais para um modelo regulado por documentos formais, o que fortaleceu a organização interna da curricularização da extensão. A consolidação da Resolução nº 28/2022/CONEPE e dos fluxos institucionais demonstra que o processo deixou de ser apenas uma orientação geral para transformar-se em diretrizes estruturadas. Contudo, a amplitude dessas mudanças ainda depende da incorporação prática pelas unidades acadêmicas, sinalizando que a universidade segue em um momento de estruturação e amadurecimento do processo.

4.2. IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO NO CCSA

Esta subseção analisa como os cursos do CCSA vêm incorporando a curricularização em seus Projetos Pedagógicos, destacando diferenças entre departamentos, estágios de atualização dos PPCs e fatores que influenciam esses ritmos de implementação.

A articulação da PROEX com os departamentos do CCSA se deu tanto por iniciativa da própria pró-reitoria à época, quanto em resposta a convites e demandas das unidades acadêmicas. Foram realizadas reuniões, apresentações e esclarecimentos, além do envio de ofícios formais, colocando a PROEX à disposição para diálogo e apoio na atualização dos PPCs de acordo com as entrevistas realizadas com a ex pró-reitora e a Diretora do CCSA.

O CCSA é estruturado em Direção, Secretaria Administrativa e nove departamentos: Departamento de Administração (DAD), Departamento de Ciências Contábeis (DCC), Departamento de Ciência da Informação (DCI), Departamento de Direito (DDI), Departamento de Economia (DEE), Departamento de Relações Internacionais (DRI), Departamento de Secretariado Executivo (DSE), Departamento de Serviço Social (DSS) e o Departamento de Turismo (DTUR).

O Núcleo de Pesquisa e Ações da Terceira Idade (NUPATI), vinculado ao Departamento de Serviço Social, atua com foco na inclusão e valorização da pessoa idosa na

universidade. Esse núcleo também está instalado e desenvolve suas atividades no âmbito do CCSA. Os projetos de extensão desenvolvidos no CCSA abrangem diversas áreas do conhecimento, como Direito, Administração, Serviço Social, Economia, Ciências Contábeis e áreas correlatas.

A análise documental indica que os cursos do CCSA apresentam diferentes momentos de atualização de seus PPCs. No **Departamento de Administração**, o novo Projeto Pedagógico foi aprovado pela Resolução nº 70/2023/CONEPE, com vigência a partir de 2024.

Já o curso de **Biblioteconomia e Documentação**, vinculado ao departamento de Ciência da informação, passou por atualização recente, com novo PPC em vigor desde 2023, por meio da Resolução nº 46/2023/CONEPE. No **Departamento de Direito**, o PPC vigente foi aprovado pela Resolução nº 157/2010/CONEPE, o curso de Ciências Econômicas, vinculado ao **Departamento de Economia**, possui PPC com vigência desde 2011, conforme a Resolução nº 74/2011/CONEPE, com alterações aprovadas em 2012 por meio da Resolução nº 59/2012/CONEPE.

Já o curso de **Relações Internacionais** mantém seu PPC vigente desde 2011, conforme a Resolução nº 114/2011/CONEPE. O **Departamento de Secretariado Executivo** (DSE) apresenta PPC do ano de 2009, conforme a Resolução nº 75/2006/CONEPE, com alterações vigentes desde 2011, por meio da Resolução nº 62/2011/CONEPE. o curso de **Ciências Contábeis** mantém seu PPC vigente desde 2007, conforme a Resolução nº 42/2007/CONEPE. O curso de **Serviço Social** mantém seu documento pedagógico em vigor desde 2010, conforme a Resolução nº 22/2010/CONEPE. Por fim, o curso de **Turismo** opera com seu PPC atualizado em 2010, por meio da Resolução nº 109/2010/CONEPE.

A diretora aponta que houve avanços importantes, como o interesse de alguns departamentos em antecipar o diálogo sobre a curricularização. No entanto, destaca que o processo de atualização dos PPCs é longo, envolve múltiplas instâncias, e que muitas propostas ainda são devolvidas para ajustes. Ao ser questionada sobre quais cursos se destacaram, confirmou que alguns já finalizaram a atualização dos PPCs, embora não tenha citado todos. A análise documental confirma que Administração e Biblioteconomia são os cursos mais avançados no cumprimento da Resolução.

Informações mais recentes enviadas pela equipe técnica da DIAP revelam que os projetos pedagógicos dos cursos de Secretariado Executivo, Serviço Social, Ciências

Contábeis e Turismo foram analisados pelos técnicos em assuntos educacionais da DIAP/UFS e devolvidos aos departamentos para ajustes. O projeto do curso de Direito encontra-se em análise no setor, e, simultaneamente, há diálogo com docentes do Departamento de Economia para sanar dúvidas e consolidar a construção das propostas curriculares (DIAP/UFS, 2025). Essa atualização confirma que, embora o processo ainda esteja em curso, há movimentações concretas em diferentes departamentos.

O Quadro 3 sintetiza o ano de aprovação dos documentos e as respectivas resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) que os regulamentam.

Quadro 3 - Atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos do CCSA/UFS

Curso	Ano do PPC Vigente	Resolução
Administração	2024	Resolução nº 70/2023/CONEPE
Ciências Contábeis	2007	Resolução nº 42/2007/CONEPE
Biblioteconomia e Documentação	2023	Resolução nº 46/2023/CONEPE
Direito	2010	Resolução nº 157/2010/CONEPE
Ciências Econômicas	2011 (com alterações em 2012)	Resolução nº 74/2011 e nº 59/2012/CONEPE
Relações Internacionais	2011	Resolução nº 114/2011/CONEPE
Secretariado Executivo	2009 (com alterações em 2011)	Resolução nº 75/2006 e nº 62/2011/CONEPE
Serviço Social	2010	Resolução nº 22/2010/CONEPE
Turismo	2010	Resolução nº 109/2010/CONEPE

Fonte: Dados extraídos dos PPCs disponíveis nos departamentos do CCSA e no sistema acadêmico da Universidade Federal de Sergipe (UFS), organizados pela autora.

A partir do Quadro 3, é possível observar diferenças significativas no processo de atualização dos PPCs entre os cursos do CCSA. Alguns, como Administração (2024) e Biblioteconomia e Documentação (2023), apresentam documentos recentes, evidenciando um alinhamento mais próximo às diretrizes atuais. Isso significa que apenas dois cursos, efetivamente, se alinham ao marco regulatório nacional no período mais recente.

Por outro lado, cursos como Ciências Contábeis (2007), Secretariado Executivo (2009) e Turismo (2010) mantêm PPCs com mais de uma década, o que pode indicar maior defasagem no processo de revisão curricular.

Também se nota que alguns cursos, a exemplo de Ciências Econômicas e Secretariado Executivo, passaram por alterações pontuais, mas não por uma revisão integral, o que reforça a existência de um movimento desigual de atualização. Essa heterogeneidade sugere que a incorporação da curricularização da extensão ainda depende, em grande medida, da revisão formal desses documentos, uma vez que é nesse nível normativo que se estabelece a organização pedagógica dos cursos.

Esse resultado confirma o que foi dito nas entrevistas, nas quais as gestoras destacaram os obstáculos burocráticos e conceituais que dificultam a implementação homogênea da curricularização da extensão. Tal discrepância evidencia a heterogeneidade na implementação dentro da fase de objetificação, na qual a norma já existe e é conhecida, mas sua operacionalização ocorre em ritmos diferentes entre os cursos, caracterizando um estágio de consolidação ainda incompleto (Tolbert & Zucker, 1999).

Quando perguntada sobre quais departamentos do CCSA se destacaram nesse processo, a ex pró-reitora de extensão reconheceu que alguns cursos "saíram na frente", com atualizações concluídas e implantação efetiva da curricularização. Embora não tenha citado nomes com precisão, os dados documentais analisados confirmam que os cursos de Administração (com PPC aprovado em 2023, vigente a partir de 2024) e Biblioteconomia e Documentação (com PPC aprovado em 2023) estão entre os mais avançados, já alinhados à nova normativa.

As diferenças entre os cursos também influenciam a implementação. A diretora compara os dois cursos que já atualizaram seus PPCs: Administração possui turmas vespertinas e noturnas, além de empresa júnior e centro acadêmico, o que amplia as possibilidades de atuação extensionista. Já Biblioteconomia é exclusivamente noturno, o que limita as oportunidades de interação com a comunidade externa, especialmente em espaços como bibliotecas e escolas, que funcionam majoritariamente durante o dia, segundo ela.

Com relação ao CCSA, a ex pró-reitora menciona que a PROEX tanto recebeu convites de departamentos interessados em discutir a implementação da curricularização, quanto tomou a iniciativa de procurá-los, por meio de ofícios enviados via SEI, oferecendo apoio técnico e orientações. Essas reuniões serviram para esclarecer dúvidas e analisar se as propostas curriculares em construção realmente atendiam aos critérios de extensão.

Essa perspectiva está alinhada ao conceito de extensão como prática transformadora, que articula ensino e pesquisa com impacto social (FIGUEIREDO, 2021; GADOTTI, 2017).

A curricularização, nesse sentido, não apenas cumpre uma exigência legal, mas promove uma formação cidadã, crítica e profissional.

A entrevistada ainda mencionou o papel dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) na condução do processo, observando que “às vezes tem dificuldades de reunião do NDE” e que “*os departamentos sentem dificuldade em dar sequência a essas atividades*” (ex pró-reitora, em entrevista, 2025), o que demonstra desafios organizacionais internos para manter o ritmo das mudanças. Essa fragilidade institucional reforça o caráter ainda em construção da curricularização no CCSA.

A diretora admitiu que o processo ainda não está consolidado, pois “tem curso que não está com o PPC pronto, que é o caso de Relações Internacionais nem chegou a enviar ao DIAP”, e que “a meta para este ano de 2025 é aprovar o máximo de PPCs para implementar no próximo ano”. Ela reforçou que “o PPC é a alma do curso, não é algo que se muda a toda hora”, apontando para a dificuldade e a lentidão natural da institucionalização plena.

O Quadro 4 apresenta uma comparação entre os cursos de Administração e Biblioteconomia e Documentação, ambos atualizados em 2023, evidenciando critérios relacionados à carga horária, à forma de integração das atividades extensionistas e aos mecanismos de registro e validação dessas práticas.

Quadro 4 - Curricularização da extensão nos cursos de Administração e Biblioteconomia e Documentação da UFS

Critério	Curso de Administração	Curso de Biblioteconomia e Documentação
Resolução vigente	Resolução nº 70/2023/CONEPE	Resolução nº 46/2023/CONEPE
Carga horária total do curso	3.000 horas	2.640 horas
Carga horária de extensão	300 horas (10%)	270 horas (10%)
Distribuição da carga extensionista	270h obrigatórias + 30h optativas	165h obrigatórias + 105h optativas
Forma de integração da extensão	Disciplinas obrigatórias e optativas com registro explícito de carga extensionista	Eixo curricular específico + disciplinas obrigatórias e grupo de optativas extensionistas
Grupo próprio de optativas de extensão	Sim (ADM0271 a ADM0275, ACEX, SEMAC, UFS-Comunidade)	Sim, mas sem códigos ou nomes especificados na resolução

Disciplinas obrigatórias com carga extensionista destacada	Sim, com CH de extensão (ex: 30h em Gestão Pública II)	Sim, mas os nomes/códigos não constam na resolução
Forma de registro das atividades optativas extensionistas	Matrícula regular em disciplinas com carga horária de extensão	Certificações validadas pelo colegiado
Presença de eixo curricular exclusivo para extensão	Não há eixo exclusivo; a extensão está distribuída entre os núcleos	Sim, Eixo 6 – Atividades de Extensão, Monitoria e Atividades Complementares
Possibilidade de ampliação da carga extensionista	Sim, o discente pode realizar até 135h adicionais em componentes optativos com extensão	Sim, com aproveitamento como Atividades Complementares
Oferta em modalidade a distância	Algumas disciplinas optativas podem ser ofertadas a distância (até 20% do total do curso)	Até 20% da carga horária do curso pode ser ofertada a distância

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nas Resoluções nº 70/2023/CONEPE e nº 46/2023/CONEPE da Universidade Federal de Sergipe.

A análise do Quadro 4 evidencia que, embora ambos os cursos atendam ao percentual mínimo de 10% da carga horária total destinada à extensão, a forma como essa exigência foi incorporada aos PPCs apresenta diferenças importantes.

No curso de Administração, a carga horária extensionista está distribuída entre disciplinas obrigatórias e optativas, com códigos e nomes explicitamente definidos nas resoluções, além da possibilidade de ampliar essa carga por meio de atividades optativas há um conjunto robusto de componentes optativos de extensão, com códigos próprios, e a possibilidade de ampliação da carga horária por meio de ações adicionais. Isso indica uma integração transversal e sistemática, valorizando o protagonismo discente e o vínculo com a realidade regional.

Já no curso de Biblioteconomia e Documentação, a extensão é estruturada por um eixo específico (Eixo 6 – Atividades de Extensão, Monitoria e Atividades Complementares), o que revela uma organização mais concentrada e institucionalizada dessas ações, combinando disciplinas obrigatórias e optativas mostra um equilíbrio maior, e a validação de atividades por certificação amplia a flexibilidade do discente em atuar em ações

extensionistas diversas, mas sem detalhamento dos códigos e denominações das componentes curriculares.

A diferenciação entre os modelos adotados por Administração e Biblioteconomia sugere que, neste momento, não há um isomorfismo mimético pleno dentro do CCSA. Cada curso desenvolveu sua própria forma de integrar os 10% de extensão, refletindo suas especificidades e autonomia departamental. No entanto, conforme mais cursos atualizarem seus PPCs, é possível que surja uma tendência à padronização, seja pela replicação dos modelos considerados bem-sucedidos, seja pela orientação normativa da PROEX, configurando um isomorfismo que pode tender ao normativo ou ao mimético

Esses dados demonstram que, embora haja convergência em relação ao cumprimento das normativas, os cursos optaram por modelos distintos de integração da extensão: mais distribuído e flexível no caso da Administração, e mais concentrado em um eixo específico no caso da Biblioteconomia.

Outra distinção relevante está na forma de registro das atividades: enquanto em Administração o estudante se matricula regularmente em disciplinas que já possuem carga horária de extensão, em Biblioteconomia e Documentação parte das atividades optativas é validada mediante certificações analisadas pelo colegiado.

Com base nas categorias de Tolbert e Zucker (1999), é possível observar que tanto a UFS quanto o CCSA se encontram na fase de objetificação, etapa em que as práticas passam a ser formalizadas, ganham maior padronização e começam a ser registradas em documentos oficiais. Embora a universidade já tenha regulamentado internamente a curricularização da extensão, o processo ainda não está plenamente consolidado, o que indica que essa objetificação ocorre em um estágio inicial.

Trata-se de um momento em que as regras e orientações existem, mas ainda não foram incorporadas de maneira uniforme pelos departamentos, que continuam ajustando seus PPCs e aprendendo a operacionalizar as novas exigências da Resolução CNE n.º 7/2018.

No caso do CCSA, essa característica torna-se evidente nos esforços dos cursos para adequar seus Projetos Pedagógicos às diretrizes institucionais. Alguns cursos apresentam avanços mais significativos, como Administração (2024) e Biblioteconomia (2023), que já possuem PPCs atualizados e em conformidade com a política de extensão, demonstrando maior alinhamento às práticas formalizadas e aos padrões definidos pela universidade. Esses exemplos reforçam que a objetificação vem ocorrendo, ainda que de modo desigual entre os cursos.

Entretanto, a maior parte dos cursos da unidade mantém PPCs antigos, muitos deles com mais de uma década de vigência, o que indica que o processo ainda não alcançou a fase de sedimentação. A atualização dos projetos depende de um fluxo institucional que envolve tanto a elaboração pelos departamentos quanto a análise e validação pelo DIAP, etapa que exige tempo para ocorrer em toda a universidade. Assim, o CCSA se encontra em uma fase inicial da objetificação, com avanços pontuais, mas ainda sem consolidar plenamente a curricularização da extensão como prática incorporada por todos os cursos.

A defasagem dos PPCs pode ser compreendida por diferentes fatores estruturais. Um primeiro elemento é a própria complexidade dos processos de reformulação curricular, que envolvem ajustes na carga horária, redefinição de componentes curriculares e adequação às diretrizes nacionais. Lucas (2023) destaca que a curricularização exige experimentação e criatividade dos atores envolvidos, características que tornam o processo naturalmente mais lento e desafiador.

Alguns cursos apresentam indícios de avanço para a fase de objetificação, também chamada de semi-institucionalização. Para Tolbert e Zucker (1999), essa etapa ocorre quando as novas práticas começam a ser formalizadas, ganham maior padronização e passam a ser registradas em documentos oficiais, indicando ampliação do consenso dentro da organização. A aprovação recente dos PPCs de Administração (2024) e Biblioteconomia (2023) demonstra esse movimento, uma vez que nesses cursos a curricularização já está incorporada de maneira estruturada e regulamentada.

Outro fator diz respeito à articulação interna entre departamentos, colegiados e pró-reitorias. Deus (2020) observa que a implementação da curricularização requer coordenação institucional contínua e mecanismos de acompanhamento que assegurem que as mudanças curriculares atendam aos objetivos formativos e sociais da universidade. A ausência desse alinhamento pode contribuir para o atraso na atualização dos PPCs.

Além disso, a formação docente constitui um aspecto relevante. Veloso (2022) ressalta que as ações de extensão ampliam a formação dos estudantes ao promover vivências práticas na comunidade, mas sua incorporação ao currículo demanda preparo pedagógico específico por parte dos professores. A carência dessa formação pode dificultar a integração efetiva da extensão às atividades acadêmicas.

Por fim, a perspectiva apresentada por Figueiredo (2021) evidencia que a extensão envolve dimensões políticas, pedagógicas e culturais, o que implica que sua institucionalização não depende apenas de ajustes normativos, mas também de uma transformação cultural mais ampla dentro da universidade. Essa compreensão ajuda a explicar

por que a consolidação da curricularização requer diálogo permanente e sensibilização da comunidade acadêmica.

Os resultados desta pesquisa convergem com as conclusões de Santos (2021), que identificou na UFS avanços pontuais, mas também desafios estruturais e normativos para consolidar a curricularização. A autora apontou a falta de suporte institucional, fragilidades na articulação entre departamentos e lacunas na formação docente, elementos igualmente identificados nas entrevistas e documentos analisados no CCSA.

Assim como no estudo de Santos (2021) sobre o curso de Secretariado Executivo, os dados aqui analisados mostram que o processo está em andamento, com potencial formativo reconhecido, mas ainda distante de alcançar uniformidade entre os cursos do centro. Cursos como Administração e Biblioteconomia avançam para uma fase mais estruturada, enquanto outros permanecem em etapas preliminares, caracterizando um cenário heterogêneo e alinhado ao diagnóstico da autora.

A devolução de PPCs para ajustes, a necessidade de apoio contínuo da PROEX e da DIAP e as dificuldades internas dos departamentos indicam que a curricularização ainda não está plenamente incorporada às rotinas institucionais.

Esse cenário reforça a necessidade de fortalecimento das políticas internas e processos formativos, conforme também apontam Santos (2021), Deus (2020) e Fórum de Pró-Reitores de Extensão (2006).

Diante desse panorama institucional, torna-se relevante compreender como esses processos impactam a formação dos estudantes e a dinâmica pedagógica dos cursos. O próximo tópico analisa os efeitos da curricularização na formação discente e na prática acadêmica no CCSA, articulando entrevistas, documentos institucionais e referenciais teóricos sobre extensão universitária.

4.3 IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES.

Esta subseção examina as percepções das gestoras sobre os impactos da curricularização na formação discente.

A curricularização da extensão na Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialmente no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), tem provocado mudanças graduais na formação dos estudantes, ainda que os efeitos estejam em fase inicial de consolidação. A extensão, como um dos pilares da universidade ao lado do ensino e da

pesquisa, é reconhecida pelas gestoras como essencial para conectar a formação acadêmica à realidade social.

Conforme destacou a diretora do CCSA: “*A extensão exerce um papel fundamental, porque é através da extensão que a gente consegue fazer a conexão da universidade, da formação do estudante com a sociedade.*” Essa interação é considerada estratégica não apenas para o desenvolvimento social, mas também para a formação integral dos discentes, criando canais de vinculação entre a universidade e a comunidade.

Entre os principais desafios identificados estão a compreensão limitada do conceito de extensão, especialmente entre docentes, e a persistência de práticas que a associam apenas a eventos internos. A diretora observa que “*muita gente ainda hoje acha que a extensão é aquelas atividades que a gente fazia internamente para os alunos participarem de eventos internos.*” Essa percepção limitada demonstra que, embora a regulamentação exista, a mudança cultural e pedagógica necessária para consolidar a extensão como eixo estruturante da formação ainda não está completa.

Além do desafio conceitual, a implementação enfrentou dificuldades práticas, especialmente nos cursos noturnos. A diretora destaca que “*o aluno, à noite, ele chega para a aula, não tem condições de sair para fazer uma atividade de extensão*”, apontando questões como transporte, segurança e funcionamento de espaços como bibliotecas e escolas, que operam majoritariamente durante o dia, além de apontar questões administrativas como transporte e seguro, que impactam diretamente na execução das atividades.

Essas limitações exigem adaptações pedagógicas e logísticas, conforme argumentam Veloso (2022) e Gadotti (2017), que defendem a articulação das atividades extensionistas à realidade dos cursos, para garantir a integração efetiva no currículo.

Em consonância, a ex pró-reitora enfatiza que a resistência principal não se deu por oposição, mas pela necessidade de diálogo contínuo: “*o professor faz parte de um colegiado e dá palpite, mas é preciso explicar o que é extensão e como implementá-la corretamente*”.

A ex pró-reitora reforça que a extensão deve ser compreendida como parte essencial da formação: “*Tanto para que o aluno cumpra e tenha na sua formação esse papel social, quanto para que a sociedade se beneficie dessa extensão*”. Essa perspectiva está alinhada ao conceito de extensão como prática transformadora, que articula ensino e pesquisa com impacto social (Figueiredo, 2021; Gadotti, 2017).

A dimensão institucional também se manifesta nas articulações entre PROEX, coordenações de curso e departamentos. A diretora afirma: “*Buscamos muito o apoio da PROEX nesse sentido*” e destaca a importância de “*manter o diálogo com a PROEX e as*

coordenações para que a gente esteja sempre promovendo esclarecimentos para a comunidade acadêmica.” Essas ações refletem as pressões institucionais que moldam as práticas acadêmicas, como as exigências normativas do CNE e do MEC, além da auditoria interna da UFS, que tem cobrado a adequação dos PPCs.

O processo também revela diferenças entre os cursos. A diretora compara os dois que já atualizaram seus PPCs: Administração possui turmas vespertinas e noturnas, além de empresa júnior e centro acadêmico, o que amplia as possibilidades de atuação extensionista. Já a Biblioteconomia é exclusivamente noturno, o que limita as oportunidades de interação com a comunidade externa. Essas especificidades influenciam diretamente a experiência dos estudantes e exigem soluções pedagógicas contextualizadas.

A análise dos dados revela que o processo de curricularização da extensão no CCSA/UFS está em andamento, com avanços significativos, mas ainda permeado por desafios conceituais, logísticos e institucionais. A incorporação da extensão nos currículos demanda diálogo constante, articulação entre instâncias acadêmicas e administrativas, e sensibilização da comunidade para que a extensão assuma seu papel social e pedagógico fundamental, conforme defendido por Figueiredo (2021), Deus (2020) e Veloso (2022).

O processo também pode ser analisado à luz dos mecanismos de isomorfismo institucional (DiMaggio & Powell, 2005). As pressões externas, como a normativa do MEC exigindo 10% da carga horária em extensão, moldam as decisões dos departamentos. Estratégias miméticas aparecem quando cursos replicam modelos bem-sucedidos de outras instituições, e pressões normativas emergem da profissionalização e padronização das práticas acadêmicas.

Essa dinâmica institucional pode ser compreendida também a partir dos estágios de institucionalização propostos por Tolbert e Zucker (1999), que preveem fases sucessivas de pré-institucionalização, semi-institucionalização e institucionalização total, conforme as práticas passam a ser justificadas, padronizadas e internalizadas pelos atores envolvidos. Um estudo conduzido por Silva e Ferreira (2024) aplicou esse modelo para analisar políticas de economia solidária em diferentes estados brasileiros e identificou níveis distintos de consolidação: o Distrito Federal ainda se encontrava em pré-institucionalização; Pernambuco, em semi-institucionalização, dada a dependência de estruturas específicas; e Bahia e Minas Gerais apresentavam institucionalização plena, com ações amplas e sistematizadas.

Quando comparados esses achados com o caso analisado no CCSA/UFS, observa-se que a curricularização apresenta características compatíveis com a fase de semi-institucionalização: já há normativas, mecanismos de monitoramento e iniciativas

pedagógicas em andamento, mas também persistem variações entre cursos, dificuldades conceituais e necessidade de contínua mediação institucional. Isso indica que o processo se encontra em consolidação, mas ainda não alcançou a padronização e a incorporação plena previstas na fase final do modelo.

As gestoras apontam que a aprovação de novos PPCs entre 2025 e 2026 será fundamental para consolidar a curricularização. A diretora do CCSA reforça que *“não é uma coisa simples fazer a alteração do PPC”* e que *“as mudanças no mercado de trabalho e nas demandas sociais exigem que os projetos pedagógicos reflitam esses perfis.”* Ela defende reavaliações periódicas, reconhecendo a dimensão dinâmica da institucionalização, em que as práticas precisam se adaptar continuamente.

Apesar dos desafios, as gestoras identificam avanços importantes. A diretora do CCSA reconhece o progresso na submissão e atualização dos PPCs, destacando que os departamentos que já implantaram a curricularização servem de referência para os demais, ainda que a maioria esteja em fase de ajustes. A ex pró-reitora reforça que o aprendizado mais relevante é o diálogo constante com docentes e coordenações, permitindo que os projetos pedagógicos incorporem de forma adequada os 10% obrigatórios de extensão, fortalecendo a formação acadêmica e promovendo impacto social: *“tanto para que o aluno cumpra e tenha na sua formação esse papel social, quanto para que a sociedade se beneficie dessa extensão”*.

Por fim, as gestoras enfatizam que o avanço da curricularização depende da manutenção do diálogo, da articulação contínua entre PROEX e departamentos e da atenção às especificidades de cada curso e estudante. A percepção compartilhada é que, apesar das dificuldades ainda existentes, o processo tem permitido consolidar a extensão como componente curricular efetivo, promovendo uma formação mais completa e socialmente engajada.

Como resume a ex pró-reitora em entrevista:

Conseguimos avançar muito quando a gente fala de extensão na universidade e também pela aproximação que se estabeleceu com os departamentos e professores para implementar essas práticas. (ex pró-reitora, 2025)

A curricularização da extensão na UFS é um processo gradual, tensionado e interdependente, em que os avanços observados em cursos específicos contrastam com desafios persistentes em outros departamentos. A análise dos relatos das gestoras evidencia que a consolidação plena da prática requer continuidade na articulação institucional, formação docente, adaptação curricular e sensibilização da comunidade acadêmica sobre o papel social e pedagógico da extensão, alinhando-se aos princípios históricos e conceituais da extensão universitária no Brasil (Figueiredo, 2021; FORPROEX, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o processo de institucionalização da curricularização da extensão nos cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe. A partir dessa questão central, buscou-se compreender as etapas pelas quais esse processo se desenvolveu na instituição, os fatores que o impulsionaram, os ajustes implementados pelos cursos e os efeitos percebidos na formação discente.

A análise documental e as entrevistas realizadas com duas das gestoras envolvidas no processo evidenciaram que a curricularização da extensão no CCSA/UFS passou por um percurso gradual, marcado inicialmente pela habitualização, quando surgiram as primeiras discussões internas e os documentos normativos institucionais começaram a orientar a mudança. Em seguida, observou-se a fase de objetificação, caracterizada pela elaboração de resoluções, planos, revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e redistribuição da carga horária, o que consolidou o aspecto formal da política. Por fim, há indícios de consolidação do processo de objetificação, expressos na inclusão das práticas extensionistas às rotinas de ensino e na ampliação da aceitação da comunidade acadêmica, mas ainda existe desafios para a sedimentação plena da curricularização da extensão.

A trajetória institucional da UFS evoluiu de um período inicial de debates e adaptações para a consolidação de uma regulamentação interna. A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) atuou na elaboração da normativa e no estabelecimento de canais de diálogo e apoio técnico aos departamentos.

Esses dados demonstram que o processo no CCSA/UFS foi influenciado por mecanismos isomórficos previstos pela Teoria Institucional. O isomorfismo coercitivo ocorre a partir das exigências legais que determinaram o cumprimento dos 10% da carga horária total em atividades extensionistas. Já o normativo surge com a atuação de órgãos internos, comissões, grupos de trabalho e formações promovidas para orientar docentes e coordenadores. Isto demonstra a coerência entre os dados levantados e os pressupostos teóricos que fundamentaram o estudo.

A análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso evidencia a disparidade na implementação. Os cursos de Administração e Biblioteconomia e Documentação possuem PPCs atualizados em conformidade com a Resolução vigente. Os demais cursos do CCSA mantêm, em sua maioria, documentos com vigência anterior a 2012, embora parte deles esteja

em processo de tramitação para revisão. Essa situação configura um cenário de implementação assimétrica.

No que se refere aos impactos percebidos, pode-se perceber que a curricularização da extensão trouxe contribuições significativas para a formação discente, especialmente pela aproximação com a comunidade através da interação entre formação universitária e sociedade. Por outro lado, há um desafio referente à necessidade de maior clareza do conceito de extensão entre parte do corpo docente, fortalecimento de critérios de avaliação das atividades e acompanhamento contínuo das práticas extensionistas.

Assim, a institucionalização da curricularização da extensão no CCSA/UFS caracteriza-se por um estágio de consolidação normativa com implementação desigual. Os achados indicam que o processo segue em curso, com avanços documentais em alguns departamentos e adaptações em andamento em outros, refletindo as dinâmicas organizacionais internas da unidade acadêmica. A continuidade deste processo depende do monitoramento sistemático das práticas extensionistas, da consolidação dos instrumentos normativos, da capacitação permanente de docentes e da ampliação do envolvimento dos estudantes em ações de impacto social.

Como limitação metodológica, reconhece-se que a pesquisa priorizou a coleta de dados a partir da perspectiva da gestão universitária, não abarcando as visões de coordenadores de curso, docentes e discentes. Ademais, o mapeamento dos PPCs reflete um recorte temporal específico, dado o caráter dinâmico do processo de atualização curricular.

Para investigações futuras, sugere-se a ampliação do escopo de atores entrevistados, a realização de estudos longitudinais que acompanhem a evolução do processo e pesquisas que avaliem os efeitos da curricularização da extensão na formação discente e em seus campos de atuação profissional.

6 REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 498, de 6 de agosto de 2020. Trata da prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2020. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157501-pces498-20/file>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior**. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regula a curricularização da extensão nos cursos de graduação. Brasília, DF, 20 dez. 2018, seção 1, p. 49-50.

COLALILLO, Eduardo Gomes Peixoto; DIAS, Luciana Baltazar; WALCHHÜTTER, Seimor. A Teoria Institucional e Seus Reflexos nas Universidades. **Revista da Universidade Ibirapuera**, São Paulo, v. 9, p. 23-26, jan./jun. 2015.

Deus, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração e Estratégia**, RAE, abr-jun, p. 74-89, v. 45, n. 2, 2005.

DIAS FILHO, José Maria. **Gestão tributária na era da responsabilidade fiscal**: proposta para otimizar a curva da receita utilizando conceitos da semiótica e regressão logística. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Acesso em: 24 mar. 2025.

FIGUEIREDO, Suelânia Cristina Gonzaga de. **MANUAL edição 2023.1** Programa de Articulação entre Ensino Pesquisa e Extensão.

FORPROEX. Carta de Porto Alegre. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. 2006. Disponível em: <http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf> Acesso em: 24 de jan. 2025.

FORPROEX – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, 2017.

Disponível em:

https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em 31 de jan. de 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed.-São Paulo : Atlas, 2008.

LIMA, A. P. S.; SOUZA, J. E. Desdobramentos da extensão universitária na recém criada Universidade Federal de Sergipe (1968- 1980). **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2018. DOI: 10.9771/re.v7i1.16991. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/16991>. Acesso em: 3 fev. 2025

LORÊTO, M. S. DA S.; PACHECO, F. L.. A inserção da lógica de mercado no campo cultural: a relação entre as instituições bancárias e a cultura em Recife. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 4, p. 01–14, dez. 2007.

LUCAS, Ângela Christina; LEITE, Juliana Pires de Arruda; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo; NOIJE, Paulo VAN; SOUSA, Rodrigo Ribeiro de. **Curricularização da extensão**:

a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 28, p. e88038, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.88038. Disponível: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/88038>. Acesso: 02 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.88038>)

MESQUITA, F. A.; VIEIRA, A. C. de C.; TRAVASSOS, R. C. e S. A curricularização da extensão na UFPE: estudo de caso do curso de Fonoaudiologia. **RAÍZES E RUMOS**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 48–70, 2023. DOI: 10.9789/2317-7705.2023.v11.i1.48-70. Disponível em: <https://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/12574>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes.

NOGUEIRA, M. D. (2005) P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte, MG: **Editora UFMG**.

OLIVEIRA , D. A. dos S.; BERNET , R. R.; HOYOS , D. C. de M.A integração transformadora de extensão universitária e educação nas comunidades. **Seven Editora**, [S. l.], p. 576–582, 2024. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/4591>. DOI: <https://doi.org/10.56238/sevened2024.009-037>. Acesso em: 3 fev. 2025.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART. Patricia Martins. **Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções**. Revista Ciência em Extensão. São Paulo, v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225. Acesso em: 04 de fev. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** - 2a Edição. [s.l.] Editora Feevale, 2013.

SANTOS, Jaíne. **Formação do profissional de Secretariado Executivo: uma reflexão sobre a prática de ações extensionistas em sala de aula**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Secretariado Executivo) – Departamento de Secretariado Executivo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 4. ed. London: Sage Publications, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VELOSO, F. R. .; BERNARDON , M. .; JUNGES, D. M. .; FROHLICH, S. A Extensão Universitária no Curso de Secretariado Executivo da UNIOESTE: O antes e depois das Diretrizes. **SCRIBES - Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2022. DOI: 10.33228/scribes.2021.v2.13598. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/SCRIBES/article/view/13598>. Acesso em: 2 fev. 2025.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. p. 13-28.

TESCHE, Danielle. **Extensão universitária: os desafios da curricularização no curso de Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021**. Trabalho de Conclusão de Curso . Porto Alegre: Graduação em Administração Pública e Social, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Pró-reitores tomam posse na nova gestão de Angelo Antonioli**. Portal UFS, 03 jan. 2017. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/55138-pro-reitores-tomam-posse-na-nova-gestao-de-angelo-antonioli>. Acesso em: 29 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Reitor empossa a professora Sueli Pereira como pró-reitora de Extensão**. Portal UFS, 01 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/67001-ufs-empossa-a-professora-sueli-pereira-como-pro-reitora-de-extensao>. Acesso em: 30 jun. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE. Resolução nº 28/2022/CONEPE, de 20 de junho de 2022. **Regulamenta a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2022. Disponível em: https://proex.ufs.br/uploads/page_attach/path/20651/informativo_28_2022__1_.pdf. Acesso em: 02 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. FAQ – Curricularização da Extensão**. São Cristóvão: UFS, 2025. Disponível em: <https://proex.ufs.br/pagina/31573-faq-curricularizacao-da-extensao>. Acesso em: 10 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020–2024**. São Cristóvão: UFS, 2020. Disponível em:

<https://www.ufs.br/conteudo/66270-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 08 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Proex divulga FAQ sobre curricularização da Extensão**. Portal UFS, 10 mar. 2025. Disponível em:

<https://www.ufs.br/conteudo/76088-proex-divulga-faq-sobre-curricularizacao-da-extensao>.

Acesso em: 09 jul. 2025.

Tolbert, PS e Zucker, LG (1999). **A institucionalização da teoria institucional**. Organização de estudo. Teoria e Método. Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Comunicado sobre as novas alterações no módulo de extensão**. São Cristóvão:UFS, 2019. Disponível

em: <https://proex.ufs.br/pagina/21544-comunicado-sobre-as-novas-alteracoes-no-modulo-de-e-xtensao>. Acesso em: 08 jul. 2025.

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A DIRETORA DO CCSA

1. Introdução e Contextualização

1. Poderia contar brevemente como a senhora percebe o papel da extensão no contexto atual do ensino superior?
2. Como a curricularização da extensão foi inicialmente recebida no CCSA, tanto pela gestão quanto pelos departamentos?

2. Etapa da Habituação

3. Quais foram as primeiras ações adotadas pelo CCSA para implementar a curricularização da extensão?
4. Essas ações partiram de diretrizes institucionais ou foram desenvolvidas localmente pelos departamentos?
5. Houve resistência ou aceitação imediata por parte dos docentes e coordenadores?

3. Etapa da Objetivação

6. Que tipos de discursos ou justificativas são mais comuns entre os departamentos para apoiar ou criticar a curricularização da extensão?
7. Houve criação de comissões, fóruns ou instâncias coletivas para discutir esse processo? Como funcionaram?

4. Etapa da Sedimentação

8. Ainda há diferenças significativas entre os departamentos em relação à incorporação da extensão na grade curricular?

5. Dimensão Institucional e Pressões Isomórficas

9. Há departamentos que adotaram práticas de extensão seguindo o exemplo de outros? Isso gerou algum tipo de “padronização” (isomorfismo)?

6. Desafios e Perspectivas Futuras

10. Quais os maiores desafios enfrentados até aqui para consolidar a curricularização da extensão no CCSA?
11. Há iniciativas previstas para avaliar ou revisar esse processo nos próximos anos?
12. Que sugestões a senhora daria para que a curricularização da extensão avance com qualidade e coerência acadêmica?

7. Encerramento

13. Há algo que a senhora gostaria de acrescentar e que considera importante para compreender o processo de institucionalização da curricularização da extensão no CCSA?

APÊNDICE B: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A EX PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

1. Abertura e Contextualização Histórica

1. Como foi o início da discussão sobre a curricularização da extensão na UFS, especialmente no período da sua gestão na PROEX?

2. Quais foram os principais marcos institucionais ou normativos que impulsionaram esse processo?

3. Quais estratégias foram utilizadas para mobilizar a comunidade acadêmica para esse novo paradigma?

2. Etapa da Habituação

4. Como os departamentos do CCSA começaram a lidar com a curricularização da extensão no início?

5. Houve resistência inicial? De quais setores? Quais os argumentos mais comuns?

3. Etapa da Objetivação

6. Em que momento o debate passou a ser incorporado nos documentos oficiais como PPCs, resoluções e manuais internos?

4. Etapa da Sedimentação

7. Na sua percepção, a curricularização da extensão foi de fato institucionalizada nos departamentos do CCSA?

8. Quais departamentos do CCSA se destacaram mais nesse processo, e por quê?

5. Dinâmicas Institucionais e Pressões Isomórficas

9. Quais tipos de pressões foram mais influentes no processo de curricularização da extensão?

- Externas (MEC, CNE, legislação)?
- Internas (gestão superior, PROEX, colegiados)?
- Normativas (valores, cultura universitária)?

10. De que forma a PROEX buscou articular um equilíbrio entre autonomia dos departamentos e padronização institucional?

6. Avaliação Crítica e Perspectivas Futuras

11. Quais foram os principais desafios enfrentados na sua gestão frente à implementação da curricularização da extensão?

12. O que considera como principais avanços e aprendizados desse processo?

7. Encerramento

13. Há algo mais que a senhora gostaria de compartilhar e que considera relevante para compreender o processo de institucionalização da curricularização da extensão na UFS e no CCSA?